



# Balanço Geral da União

Demonstrações Contábeis  
Consolidadas da União

1º Trimestre  
2016



**DCON**

**MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA**

Nelson Henrique Barbosa Filho

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Dyogo Henrique de Oliveira

**SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL**

Otávio Ladeira de Medeiros

**SUBSECRETÁRIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA**

Gildenora Batista Dantas Milhomem

**Coordenador-Geral de Contabilidade e Custos da União**

Renato Pontes Dias

**Coordenadora de Suporte à Contabilidade da União**

Bárbara Verônica Dias Mágero Viana

**EQUIPE TÉCNICA**

**Gerência de Elaboração das Demonstrações Contábeis**

Janilson Antonio da Silva Suzart (Gerente)

Andréa Trigueiro Ferreira

Gabriela Gonçalves Batista Stábile

Glauber de Castro Barbosa

Marcos Poubel de Castro

Rochester Shintani

Sandro Alex Bezerra Vieira

**1º Trimestre de 2016**



## Sumário

1 Contexto .....	1
2 Demonstrações Contábeis Consolidadas .....	2
Balanço Patrimonial .....	2
Demonstração das Variações Patrimoniais .....	3
Balanço Orçamentário.....	4
Balanço Financeiro.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido .....	8
3 Notas Explicativas .....	9
3.1 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis .....	9
3.2 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis .....	10
3.3 Composição dos principais itens das demonstrações contábeis consolidadas .....	17
Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa.....	17
Nota 02 – Créditos a Receber .....	20
Créditos a Curto Prazo.....	20
Créditos a Longo Prazo.....	22
Nota 03 – Investimentos.....	25
Participações Permanentes.....	25
Propriedades para Investimento.....	26
Demais Investimentos Permanentes .....	27
Nota 04 – Imobilizado.....	27
Bens Móveis .....	27
Bens Imóveis .....	28
Nota 05 – Intangível .....	31
Nota 06 – Empréstimos e Financiamentos .....	32
Nota 07 – Fornecedores e Contas a Pagar .....	35
Nota 08 – Provisões .....	37
Provisões a Curto Prazo.....	37
Provisões a Longo Prazo.....	38
Nota 09 – Resultado Patrimonial.....	40
Nota 10 – Resultado Orçamentário.....	44
Nota 11 – Resultado Financeiro.....	48
Nota 12 – Conciliação entre os Saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC em relação aos do BP .....	49
Nota 13 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	50
Nota 14 – Conciliação entre os Saldos Finais da DMPL .....	51
Nota 15 – Passivos Contingentes .....	51



## Lista de Tabelas, Quadros e Figuras

Figura 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa – Moeda Nacional.....	17
Figura 2 – Caixa e Equivalentes de Caixa – Moeda Estrangeira. ....	17
Figura 3 – Composição da Conta Única. ....	18
Tabela 1 – Detalhamento da Conta Única do Fundo do RGPS. ....	18
Figura 4 – Aplicações Financeiras – Moeda Nacional.....	19
Figura 5 – Aplicações Financeiras – Moeda Estrangeira. ....	19
Tabela 2 – Créditos a Curto Prazo – Composição.....	20
Tabela 3 – Créditos Tributários a Receber a Curto Prazo – Composição.....	20
Tabela 4 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos – Curto Prazo. ....	21
Tabela 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Composição.....	21
Tabela 6 – Adiantamentos Concedidos a Pessoal e Terceiros a Curto Prazo – Composição...	22
Tabela 7 – Transferências Voluntárias por Órgão. ....	22
Tabela 8 – Créditos a Longo Prazo – Composição. ....	22
Tabela 9 – Créditos Tributários a Receber a Longo Prazo – Composição. ....	23
Tabela 10 – Créditos Tributários com Exigibilidade Suspensa.....	23
Tabela 11 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos – Longo Prazo. ....	23
Tabela 12 – Dívida Ativa Tributária – PGFN – Composição.....	24
Tabela 13 – Dívida Ativa Não Tributária – Por Órgão.....	24
Tabela 14 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo – Composição.....	25
Tabela 15 – Investimentos – Composição.....	25
Tabela 16 – Participações Permanentes – Composição.....	25
Figura 6 – Principais Participações Permanentes da União.....	26
Tabela 17 – Propriedades para Investimento – Composição.....	26
Tabela 18 – Demais Investimentos Permanentes – Composição.....	27
Quadro 1 – Movimentações do Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização (FFIE). ....	27
Tabela 19 – Imobilizado – Composição.....	27
Tabela 20 – Bens Móveis – Composição.....	27
Figura 7 – Bens Móveis por Órgão Superior.....	28
Tabela 21 – Bens Móveis – Ministério da Defesa – Composição.....	28
Tabela 22 – Bens Imóveis – Composição.....	29
Figura 8 – Bens Imóveis por Órgão Superior.....	29
Tabela 23 – Bens Imóveis – Ministério dos Transportes – Composição.....	29
Tabela 24 – Bens Imóveis – Ministério da Defesa – Composição.....	30
Tabela 25 – Bens Imóveis – MPOG – Composição.....	31
Figura 9 – Bens imóveis de uso especial.....	31
Tabela 26 – Intangível – Composição.....	31
Figura 10 – Intangível – Softwares. ....	32
Tabela 27 – Empréstimos e Financiamentos – Curto Prazo – Composição. ....	33
Tabela 28 – Empréstimos e Financiamentos – Longo Prazo – Composição. ....	33



Tabela 29 – Dívida Mobiliária Interna – Curto Prazo – Composição.....	34
Tabela 30 – Dívida Mobiliária Interna – Longo Prazo – Composição.....	34
Tabela 31 – Dívida Mobiliária Externa – Curto e Longo Prazos – Composição.....	34
Tabela 32 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.....	35
Tabela 33 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por órgão contratante.....	35
Tabela 34 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por fornecedor e órgão contratante.....	35
Tabela 35 – Provisões – Composição.....	37
Tabela 36 – Provisões a Curto Prazo – Composição.....	37
Tabela 37 – Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo – Composição.....	38
Tabela 38 – Provisões para RPV – Por Órgão.....	38
Tabela 39 – Provisões a Longo Prazo – Composição.....	38
Tabela 40 – Provisões para Riscos Fiscais a Longo Prazo – Composição.....	39
Tabela 41 – Provisões para Repartição de Créditos – Longo Prazo.....	39
Tabela 42 – Outras Provisões – Longo Prazo.....	40
Figura 11 – Provisões para Perdas Judiciais e Administrativas.....	40
Tabela 43 – Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas.....	41
Tabela 44 – Variações Patrimoniais Aumentativas – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.....	41
Figura 12 – Variações Patrimoniais Aumentativas.....	42
Tabela 45 – DVP sem o Efeito das VPA e VPD Financeiras.....	42
Figura 13 – Variações Patrimoniais Diminutivas.....	43
Tabela 46 – Execução Orçamentária da Receita.....	44
Tabela 47 – Execução Orçamentária das Receitas Correntes.....	44
Tabela 48 – Arrecadação – Receitas Tributárias e de Contribuições – Composição.....	44
Tabela 49 – Arrecadação – Receitas de Contribuições Sociais – Composição.....	44
Tabela 50 – Arrecadação – Receitas de Impostos – Composição.....	45
Tabela 51 – Arrecadação – Receita Patrimonial – Composição.....	45
Tabela 52 – Arrecadação – Receita de Serviços – Composição.....	45
Tabela 53 – Arrecadação – Outras Receitas Correntes – Composição.....	46
Tabela 54 – Execução Orçamentária das Receitas de Capital.....	46
Tabela 55 – Arrecadação – Outras Receitas de Capital – Composição.....	46
Tabela 56 – Arrecadação – Operações de Crédito – Composição.....	46
Tabela 57 – Execução Orçamentária da Despesa.....	47
Tabela 58 – Execução – Outras Despesas Correntes – Composição.....	47
Tabela 59 – Execução Orçamentária das Despesas de Capital.....	48
Tabela 60 – Execução – Amortização da Dívida – Composição.....	48
R\$ milhares.....	48
Tabela 61 – Execução – Investimentos e Inversões Financeiras – Composição.....	48
Tabela 62 – Resultado Financeiro – 31/03/2016.....	49
Tabela 63 – Conciliação entre os Saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC em relação aos do BP.....	49



Tabela 64 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Formação. ....	50
Tabela 65 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Eliminação das atividades de natureza financeira. ....	50
Tabela 66 – Conciliação entre os Saldos Finais da DMPL. ....	51
Tabela 67 – Passivos Contingentes – Composição. ....	51



## 1 Contexto

No presente relatório, estão evidenciadas as Demonstrações Contábeis Consolidadas da União (DCON), referentes ao primeiro trimestre de 2016. As DCON trimestrais não são exigidas pela legislação brasileira vigente, mas representam um instrumento de transparência do Governo Federal e possui um caráter mais gerencial do que as DCON anuais.

No primeiro trimestre de 2016 as receitas orçamentárias importaram em R\$ 740,4 bilhões, o que representa uma contração nominal de 0,8% em relação ao mesmo período do ano de 2015. Apesar dessa contração, houve crescimento nominal das receitas correntes (grupo no qual estão as receitas tributárias) da ordem de 6,8%, em relação ao exercício anterior.

Quando se compara a relação entre a arrecadação e a previsão das receitas orçamentárias (correntes e de capital, exceto o refinanciamento da dívida), totais acumulados até o final do trimestre, verifica-se o montante de 28,3% que pode ser considerado satisfatório (a expectativa é de 25% para o primeiro trimestre).

O total das despesas orçamentárias pagas importou em R\$ 536,3 bilhões, havendo uma contração nominal de 2,4% em relação ao primeiro trimestre de 2015. Também houve contração nominal em relação ao total das despesas empenhadas (que importou em R\$ 1,45 trilhão até o final do primeiro trimestre de 2016) no montante de 29,3% em relação ao exercício anterior.

O resultado patrimonial acumulado até o final do primeiro trimestre de 2016 foi de R\$ 77,1 bilhões, apresentando um crescimento nominal de 82,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Apesar do resultado positivo apresentado, tal resultado precisa ser analisado com cautela, pois ainda estão ocorrendo alterações oriundas da adoção do novo modelo contábil brasileiro e não há uma tendência consolidada para o resultado patrimonial, visto que 2015 foi o primeiro exercício de utilização do novo modelo.

O patrimônio líquido apresentou um valor negativo de R\$ 1,37 trilhão. Em comparação com o valor de 31 de dezembro de 2015, houve uma melhora nominal de 4,1%, em especial, pela incorporação do resultado patrimonial do trimestre que foi positivo.

O passivo exigível da União importou em R\$ 5,87 trilhões (cerca de 77% de obrigações a longo prazo), representando 130,4% do total de ativo. Em dezembro de 2015, o passivo exigível alcançou o montante de R\$ 5,78 trilhões (cerca de 132,7% do total de ativo). Nota-se que houve uma redução de 2,3 pontos percentuais em relação a esse indicador, quando comparados o último trimestre de 2015 com o primeiro de 2016.

O resultado financeiro do primeiro trimestre de 2016 alcançou o montante de R\$ 115,9 bilhões, o que indica um crescimento nominal de 2,6%, em relação ao mesmo período do exercício anterior. Apesar do crescimento nominal, destaca-se que o fluxo de caixa operacional não financeiro (representa a exclusão das receitas e despesas de caráter mais financeiro do fluxo de caixa operacional) foi negativo em R\$ 2,7 bilhões.

Nota-se a importância das operações de caráter financeiro, inclusive no resultado patrimonial do primeiro trimestre de 2016. Excluindo-se os efeitos das variações patrimoniais financeiras, aumentativas e diminutivas, o resultado patrimonial não financeiro do período seria negativo em R\$ 9,75 bilhões.

Por fim, destaca-se que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INP-C), acumulado em 12 meses, foi de 9,91% em março de 2016, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa informação é importante, pois indica que não houve crescimento real das receitas correntes e do resultado financeiro, nem melhora real do patrimônio líquido, apenas aumentos nominais.

A seguir são apresentadas as DCON, incluindo as notas explicativas.





## 2 Demonstrações Contábeis Consolidadas

### Balço Patrimonial

			R\$ milhares	
	ATIVO	NE	31/03/2016	31/12/2015
<b>Ativo Circulante</b>				
	Caixa e Equivalentes de Caixa	01	1.051.188.922	939.229.077
	Créditos a Curto Prazo	02	367.637.446	406.964.553
	Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		3.205.923	3.205.632
	Estoques		20.967.483	21.607.524
	VPD Pagas Antecipadamente		13.411	11.627
	<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>1.443.013.185</b>	<b>1.371.018.413</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>				
	Realizável a Longo Prazo		1.929.229.026	1.872.404.201
	Créditos a Longo Prazo	02	1.921.438.759	1.864.352.578
	Investimentos Temporários a Longo Prazo		7.787.602	8.029.719
	Estoques		2.665	21.904
	VPD pagas antecipadamente		-	-
	Investimentos	03	279.305.821	287.072.224
	Imobilizado	04	845.985.563	822.984.510
	Intangível	05	3.407.273	3.161.233
	Diferido		6.742	10.983
	<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>3.057.934.425</b>	<b>2.985.633.151</b>
	<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>4.500.947.610</b>	<b>4.356.651.564</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
<b>Passivo Circulante</b>				
	Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		50.669.572	43.293.104
	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	06	1.127.746.357	805.963.855
	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	07	10.761.939	15.267.196
	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		216.755	210.798
	Obrigações de Repartições a Outros Entes		1.261.181	235.059
	Provisões a Curto Prazo	08	40.773.916	53.194.350
	Demais Obrigações a Curto Prazo		117.216.954	127.905.707
	<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>1.348.646.674</b>	<b>1.046.070.069</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>				
	Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		1.382.726	1.521.816
	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	06	3.072.215.677	3.298.587.647
	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	07	99.481	98.287
	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		103.434	103.434
	Provisões a Longo Prazo	08	1.392.652.982	1.382.019.510
	Demais Obrigações a Longo Prazo		51.790.622	52.615.930
	Resultado Diferido		185.485	162.186
	<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>4.518.430.407</b>	<b>4.735.108.810</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>				
	Patrimônio Social e Capital Social		31.430.521	31.411.718
	Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital		-	-
	Reservas de Capital		290.672	290.671
	Ajustes de Avaliação Patrimonial		249.114	245.487
	Reservas de Lucros		90.169	90.057
	Demais Reservas		7.358.170	7.359.958
	Resultados Acumulados		(1.404.771.231)	(1.463.148.322)
	(-) Ações / Cotas em Tesouraria		(776.884)	(776.884)
	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>(1.366.129.471)</b>	<b>(1.424.527.315)</b>
	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>4.500.947.610</b>	<b>4.356.651.564</b>





### Demonstração das Variações Patrimoniais

		R\$ milhares	
	NE	31/03/2016	31/03/2015
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>			
<i>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</i>		96.026.853	149.166.541
<i>Contribuições</i>		145.411.451	205.420.600
<i>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</i>		20.679.003	10.836.542
<i>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</i>		336.696.388	68.832.504
<i>Transferências e Delegações Recebidas</i>		1.423.073	5.801.182
<i>Valorização e Ganhos com Ativos e Desinc. de Passivos</i>		55.160.860	31.555.945
<i>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</i>		63.453.822	43.078.313
<b>Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)</b>		<b>718.851.450</b>	<b>514.691.627</b>
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>			
<i>Pessoal e Encargos</i>		36.471.722	34.447.960
<i>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</i>		172.342.820	145.734.252
<i>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</i>		21.563.209	20.285.491
<i>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</i>		249.815.289	145.686.009
<i>Transferências e Delegações Concedidas</i>		87.131.081	76.258.437
<i>Desvalorização e Perdas de Ativos e Incor. de Passivos</i>		59.431.815	5.451.093
<i>Tributárias</i>		166.484	82.951
<i>Custo das Mercad. e Prod. Vend., e dos Serviços Prest.</i>		479.234	290.528
<i>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</i>		14.314.299	44.239.563
<b>Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)</b>		<b>641.715.953</b>	<b>472.476.284</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)</b>	09	<b>77.135.497</b>	<b>42.215.343</b>



**Balanco Orçamentário**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**

31/03/2016  
R\$ milhares

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
<b>Receitas Correntes (I)</b>		<b>1.501.491.213</b>	<b>1.501.491.213</b>	<b>359.104.201</b>	<b>(1.142.387.012)</b>
Receita Tributária		500.335.080	500.335.080	117.163.291	(383.171.789)
Receita de Contribuições		796.864.933	796.864.933	188.287.818	(608.577.115)
Receita Patrimonial		95.479.506	95.479.506	25.111.931	(70.367.575)
Receita Agropecuária		28.886	28.886	5.183	(23.703)
Receita Industrial		1.150.781	1.150.781	220.231	(930.550)
Receita de Serviços		50.706.084	50.706.084	14.286.486	(36.419.598)
Transferências Correntes		1.352.271	1.352.271	299.933	(1.052.338)
Outras Receitas Correntes		55.573.672	55.573.672	13.729.328	(41.844.344)
<b>Receitas de Capital (II)</b>		<b>567.054.844</b>	<b>567.054.844</b>	<b>226.890.323</b>	<b>(340.164.521)</b>
Operações de Crédito		331.041.801	331.041.801	22.765.514	(308.276.287)
Alienação de Bens		31.238.362	31.238.362	281.523	(30.956.839)
AmorT. de Empréstimos		49.940.172	49.940.172	23.676.179	(26.263.993)
Transferências de Capital		238.369	238.369	26.879	(211.490)
Outras Receitas de Capital		154.596.140	154.596.140	180.140.228	25.544.088
<b>Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)</b>		-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)</b>		<b>2.068.546.057</b>	<b>2.068.546.057</b>	<b>585.994.524</b>	<b>(1.482.551.533)</b>
<b>Operações de Crédito / Refinanciamento (V)</b>		<b>885.000.330</b>	<b>885.000.330</b>	<b>154.416.317</b>	<b>(730.584.013)</b>
Op. de Crédito Internas		883.028.610	883.028.610	150.832.923	(732.195.687)
Mobiliária		883.028.610	883.028.610	150.832.923	(732.195.687)
Contratual		-	-	-	-
Op. de Crédito Externas		1.971.720	1.971.720	3.583.394	1.611.674
Mobiliária		1.971.720	1.971.720	3.583.394	1.611.674
Contratual		-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)</b>		<b>2.953.546.387</b>	<b>2.953.546.387</b>	<b>740.410.841</b>	<b>(2.213.135.546)</b>
<b>Déficit (VII)</b>	10	-	-	<b>708.766.430</b>	<b>(708.766.430)</b>
<b>TOTAL (VIII) = (VI + VII)</b>	10	<b>2.953.546.387</b>	<b>2.953.546.387</b>	<b>1.449.177.271</b>	<b>(1.504.369.116)</b>
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>			<b>9.083.439</b>	<b>9.083.439</b>	
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro			4.437.279	4.437.279	
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação			2.158.881	2.158.881	
Créditos Adicionais Reabertos			2.487.279	2.487.279	



**Balanço Orçamentário**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**

31/06/2016  
R\$ milhares

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo (j) = (f-g)
<b>Despesas Correntes (IX)</b>		<b>1.686.964.780</b>	<b>1.691.003.438</b>	<b>1.039.609.412</b>	<b>383.306.212</b>	<b>349.018.302</b>	<b>651.394.026</b>
Pessoal e Encargos Sociais		277.187.336	277.176.598	156.023.268	62.430.451	61.095.806	121.153.330
Juros e Encargos da Dívida		304.101.215	304.101.215	105.310.237	74.609.988	74.609.988	198.790.979
Outras Despesas Correntes		1.105.676.229	1.109.725.625	778.275.907	246.265.773	213.312.508	331.449.718
<b>Despesas de Capital (X)</b>		<b>1.176.731.728</b>	<b>296.268.938</b>	<b>49.114.805</b>	<b>11.116.903</b>	<b>10.928.842</b>	<b>247.154.133</b>
Investimentos		45.362.439	46.812.224	3.680.299	450.087	269.078	43.131.925
Inversões Financeiras		86.562.504	87.720.222	44.057.643	10.454.258	10.447.206	43.662.579
Amortização da Dívida		1.044.806.785	161.736.492	1.376.863	212.558	212.558	160.359.629
<b>Reserva de Contingência (XI)</b>		<b>89.849.879</b>	<b>89.849.879</b>	-	-	-	<b>89.799.879</b>
<b>Reserva do RPPS (XII)</b>		-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)</b>		<b>2.953.546.387</b>	<b>2.077.072.255</b>	<b>1.088.724.217</b>	<b>394.423.115</b>	<b>359.947.144</b>	<b>988.348.039</b>
<b>Amortização da Dívida/ Refinanciamento (XIV)</b>		-	<b>883.070.292</b>	<b>360.453.054</b>	<b>176.373.996</b>	<b>176.373.996</b>	<b>522.617.238</b>
Amortização da Dívida Interna		-	858.769.238	351.259.688	172.221.244	172.221.244	507.509.550
Dívida mobiliária		-	858.288.197	351.259.688	172.221.244	172.221.244	507.028.509
Outras Dívidas		-	481.041	-	-	-	481.041
Amortização da Dívida Externa		-	24.301.054	9.193.366	4.152.752	4.152.752	15.107.688
Dívida Mobiliária		-	22.944.835	8.600.000	3.886.700	3.886.700	14.344.835
Outras Dívidas		-	1.356.219	593.366	266.052	266.052	762.853
<b>SUBTOTAL REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)</b>	<b>COM</b>	<b>2.953.546.387</b>	<b>2.960.142.547</b>	<b>1.449.177.271</b>	<b>570.797.111</b>	<b>536.321.140</b>	<b>1.510.965.276</b>
<b>Superávit (XVI)</b>	10	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (XVII) = (XV + XVI)</b>	10	<b>2.953.546.387</b>	<b>2.960.142.547</b>	<b>1.449.177.271</b>	<b>570.797.111</b>	<b>536.321.140</b>	<b>1.510.965.276</b>



### Balanço Financeiro

	NE	R\$ milhares 31/03/2016
<b>Ingressos</b>		
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>740.410.841</b>
Ordinária		64.564.915
Vinculadas		681.935.773
(-) Deduções da Receita Orçamentária		(6.089.847)
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>-</b>
Independentes de Execução Orçamentária		-
Aportes de recursos para o RGPS		-
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>934.426.384</b>
<b>Saldo do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>982.535.972</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		982.535.972
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>	<b>11</b>	<b>2.657.373.197</b>
<b>Dispêndios</b>		
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>1.449.177.271</b>
Ordinária		132.390.769
Vinculadas		1.316.786.502
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>6.804</b>
Independentes de Exec. Orçamentária		6.804
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>109.704.879</b>
<b>Saldo para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>1.098.484.243</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	12	1.098.484.243
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>	<b>11</b>	<b>2.657.373.197</b>



### Demonstração dos Fluxos de Caixa

R\$ milhares

	NE	31/03/2016
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Ingressos</b>		<b>560.805.055</b>
Receitas derivadas e originárias		538.944.496
Transferências correntes recebidas		299.933
Outros ingressos operacionais		21.560.626
<b>Desembolsos</b>		<b>(449.202.380)</b>
Pessoal e demais despesas		(243.726.021)
Juros e encargos da dívida		(74.611.635)
Transferências concedidas		(90.479.880)
Outros desembolsos operacionais		(40.384.844)
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)</b>		<b>111.602.675</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Ingressos</b>		<b>23.957.702</b>
Alienação de bens		281.523
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos		23.676.179
Outros ingressos de investimentos		-
<b>Desembolsos</b>		<b>(20.215.523)</b>
Aquisição de ativo não circulante		(6.080.178)
Concessão de empréstimos e financiamentos		(10.867.734)
Outros desembolsos de investimentos		(3.267.611)
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)</b>		<b>3.742.179</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>Ingressos</b>		<b>177.208.710</b>
Operações de crédito		177.181.831
Integralização do capital social de empresas dependentes		-
Transferências de capital recebidas		26.879
Outros ingressos de financiamentos		-
<b>Desembolsos</b>		<b>(176.605.293)</b>
Amortização /Refinanciamento da dívida		(176.605.293)
Outros desembolsos de financiamentos		-
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)</b>		<b>603.417</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)</b>	13	<b>115.948.271</b>
<b>Caixa e Equivalentes de caixa inicial</b>		<b>982.535.972</b>
<b>Caixa e Equivalente de caixa final</b>		<b>1.098.484.243</b>



República Federativa do Brasil  
Governo Federal  
Ministério da Fazenda  
Secretaria do Tesouro Nacional

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

31/03/2016  
R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	NE	Pat. Social / Capital social	AFAC	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	TOTAL
<b>Saldo Inicial – 31/12/2015</b>		<b>41.918.894</b>	-	<b>300.526</b>	<b>230.138</b>	<b>180.679</b>	<b>7.366.374</b>	<b>(1.463.148.322)</b>	<b>(776.884)</b>	<b>(1.413.928.595)</b>
Variação Cambial		-	-	-	-	-	(5)	(1.205.392)	-	(1.205.397)
Ajustes de Exercício Anterior		-	-	-	-	-	-	(1.275.192.617)	-	(1.275.192.617)
Aumento/Redução de Capital		-	-	-	-	470	-	-	-	470
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	-	(1.667)	(39.739)	-	(41.406)
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	3.681	-	-	-	-	3.681
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	-	76.360.070	-	76.360.070
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-	(470)	111	-	1.257.693.066	-	1.257.692.707
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	6.563	-	6.563
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação		-	-	-	(55)	-	(116)	(1.552)	-	(1.723)
<b>Saldo Final – 31/03/2016</b>		<b>41.918.894</b>	-	<b>300.526</b>	<b>233.294</b>	<b>181.260</b>	<b>7.364.586</b>	<b>(1.405.527.923)</b>	<b>(776.884)</b>	<b>(1.356.306.247)</b>
<b>Total Consolidado</b>	14	<b>31.430.521</b>	-	<b>290.671</b>	<b>249.114</b>	<b>90.168</b>	<b>7.358.170</b>	<b>(1.404.771.231)</b>	<b>(776.884)</b>	<b>(1.366.129.471)</b>



### 3 Notas Explicativas

#### 3.1 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da União trimestrais foram preparadas utilizando as práticas contábeis brasileiras aplicadas ao setor público. As Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*), foram utilizadas de maneira subsidiária e não foram observadas em sua integridade.

As DCON consolidam as contas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, do Ministério Público da União (MPU) e da Defensoria Pública da União (DPU), compondo a Prestação de Contas da Presidente da República e foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Abrangem as entidades, cuja execução orçamentária e financeira da receita e da despesa seja registrada na modalidade total do SIAFI, da administração direta e indireta de todos os Poderes da União, do MPU e da DPU que integrem os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por: (i) Balanço Patrimonial (BP); (ii) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); (iii) Balanço Orçamentário (BO); (iv) Balanço Financeiro (BF); (v) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e (vi) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

De acordo com as premissas do modelo PCASP, as DCON apresentam as seguintes particularidades, frutos das características dos procedimentos adotados na União:

- (a) O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de caixa (conforme artigos 1º e 2º do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986), exige que todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;
- (b) Na DFC são apresentados os fluxos de caixa extraorçamentários, considerando que, devido ao princípio de unidade de caixa, existem recursos extraorçamentários que transitam na conta única;
- (c) Ainda em relação à conta única, a sua utilização, em função de arrecadação de receitas e dos demais usos, legalmente autorizados, por entidades não integrantes do OFSS (por exemplo, o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT) podem implicar em saldos residuais nas transferências financeiras recebidas e concedidas que são evidenciadas tanto no BF, quanto na DFC. Caso não houvesse esse uso, isto é, apenas as entidades consolidadas fizessem uso da conta única, o total das transferências financeiras recebidas seria igual ao das concedidas, não havendo saldo residual;
- (d) Apresentação dos saldos utilizados para a abertura de créditos adicionais no BO que descrevem os ajustes que impactariam a previsão da receita orçamentária.

Na consolidação das demonstrações contábeis da União são utilizados critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensa ou elimina, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o OFSS, visto que essas formam o ente econômico denominado União. No modelo PCASP, essas operações são possíveis a partir da comparação de contas que possuem o quinto nível igual a 2 – Intra. Todavia, a consolidação a partir da compensação/eliminação de saldos das contas que possuem o nível intra implicam em alguns resíduos, pois:

- (a) Pode haver o descasamento temporal entre os registros em função dos processos operacionais, como, por exemplo, a realização de uma despesa orçamentária em uma entidade (com o devido reconhecimento do passivo e da variação patrimonial diminutiva) precederá a realização orçamentária de uma receita em outra entidade (reconhecimento do ingresso do recurso e da variação patrimonial aumentativa);





- (b) Pode haver o descasamento temporal entre os registros em função do atendimento às obrigações legais ou da dependência de eventos futuros, como, por exemplo, o reconhecimento de dividendos a receber somente ocorrerá após a aprovação da destinação do lucro pela assembleia geral de uma empresa estatal, porém, a provisão do valor a ser pago é feita, anteriormente, no momento da apuração do resultado do período;
- (c) Como não há correspondência biunívoca entre os itens e as contas a serem compensados, nem sempre é possível a identificação da contrapartida do valor a ser compensado ou eliminado.

Ainda sobre a consolidação, complementa-se que são aplicadas regras de compensação ou exclusão de saldos, nas seguintes demonstrações: (i) balanço patrimonial; (ii) demonstração das variações patrimoniais; (iii) balanço financeiro; e (iv) demonstração dos fluxos de caixa. Na demonstração das mutações do patrimônio líquido, apesar de serem exibidos os valores consolidados nos grupos que compõem o patrimônio líquido, não são aplicadas regras de consolidações em relação às movimentações evidenciadas na respectiva demonstração.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque, em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa, quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra. Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza intra, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

### **3.2 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis**

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

#### **(a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras**

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

#### **(b) Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

#### **(c) Créditos a curto prazo**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo.

Há também o registro de ajuste para perdas, que é constituído com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

#### **(d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo**



São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

**(e) Estoques**

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

**(f) Ativo realizável a longo prazo**

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

**(g) Ajuste para perdas dos créditos tributários**

A RFB utiliza a seguinte classificação para controle dos créditos tributários sob sua supervisão: (i) devedor; (ii) exigibilidade suspensa (processo administrativo); (iii) exigibilidade suspensa (processo judicial); e (iv) parcelamento. Os créditos tributários classificados nas categorias 'i' e 'iv' estão evidenciados no ativo, enquanto as demais categorias estão em contas de controle.

O ajuste para perdas do crédito tributário é calculado a partir do saldo da categoria 'devedor'. A categoria 'parcelamento' não é utilizada na base de cálculo do ajuste para perdas, pois tais créditos foram considerados como totalmente recuperáveis. Quando ocorre a inadimplência de um crédito que está na categoria 'parcelamento', o mesmo é reclassificado para a categoria 'devedor'.

Os créditos na categoria devedor são subdivididos em duas classes: (i) até mil reais; e (ii) acima de mil reais. A subdivisão é relevante, pois somente os valores acima de mil reais são encaminhados para a inscrição em dívida ativa.

Para os créditos tributários até mil reais, o ajuste para perdas é calculado a partir da taxa de insucesso, que é igual a 1 – taxa de sucesso. Por sua vez, a taxa de sucesso representa a taxa de recuperabilidade efetiva de tais créditos pela RFB, apurada considerando-se os últimos exercícios.

Para os créditos tributários acima de mil reais é aplicado o mesmo percentual aplicado aos créditos inscritos na dívida ativa.

**(h) Ajuste para perdas da dívida ativa**



Os créditos sob supervisão da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) são classificados em: (i) sem decisão judicial, garantia ou parcelamento (entre eles, ajuizados e não ajuizados); (ii) parcelados; (iii) garantidos; e (iv) suspensos, por decisão judicial.

De acordo com o critério definido pelo Grupo Técnico, instituído pela Portaria GMF nº 310/2014, os créditos das categorias 'ii' a 'iv' possuem 100% de recuperabilidade, portanto, não estariam sujeitos a estimação de perdas. Apenas os créditos 'sem decisão judicial, garantia ou parcelamento' estariam sujeitos a estimação de perdas, sendo aplicado a metodologia do histórico de recebimento passados, descrita no MCASP.

#### **(i) Investimentos**

São compostos por: (i) participações permanentes; (ii) propriedades para investimento; e (iii) demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado.

Os demais investimentos representam cotas integralizadas no FFIE (Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização), mensuradas e avaliadas pelo custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data das demonstrações contábeis.

Quando mensuráveis, são registradas as reduções ao valor recuperável (*impairment*), fruto de avaliações periódicas.

#### **(j) Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

#### **(k) Intangível**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

#### **(l) Diferido**

Consiste no saldo de ativo diferido de empresas públicas referentes a gastos pré-operacionais e que não puderam ser alocados em ativos correspondentes, quando da mudança da Lei nº



6.404/1976. O saldo será amortizado linearmente, até 2017, conforme previsto na Lei nº 11.638/2007.

**(m) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis**

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

**(n) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet**

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

**(o) Passivos circulantes e não circulantes**

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

**(p) Empréstimos e financiamentos**

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como, as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

Os empréstimos são avaliados, observando-se os seguintes critérios:

- (i) Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) foi avaliada pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do ano, incluindo os títulos emitidos tanto em oferta pública quanto em emissões diretas;
- (ii) Dívida Pública Federal Externa (DPFe) foi avaliada por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação).



Foi realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial do final do exercício.

#### **(q) Provisões**

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referente ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo.

#### **(r) Benefícios a empregados**

Os benefícios a empregados (aqui o termo está sendo utilizado de acordo com o vocabulário da área contábil, porém se refere aos servidores públicos e aos empregados das empresas estatais dependentes), referentes a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União relacionados com aposentadoria e assistência médica são também reconhecidos pelo regime de competência.

Na União existem benefícios oriundos de planos de contribuição definida (Planos da Funpresp – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal, por exemplo) e de benefício definido (Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, por exemplo).

Nos planos de contribuição definida, os riscos atuarial e dos investimentos são dos participantes. Como não há nenhum risco para a União, não é realizado nenhum cálculo atuarial.

Nos planos de benefício definido, os riscos atuarial e dos investimentos recaem parcial ou integralmente para a União. A contabilização dos custos de tais planos exige a mensuração das obrigações atuariais, podendo gerar o registro de um passivo, quando o montante das obrigações atuariais ultrapassar o valor dos ativos do plano de benefícios, ou um ativo, na situação inversa.

Na União, tem sido realizado e contabilizado os riscos atuarial e dos investimentos relacionados com o RPPS dos servidores civis da União.

#### **(s) Ativos e passivos contingentes**

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

#### **(t) Apuração do resultado**

No modelo PCASP é possível a apuração dos seguintes resultados: (i) patrimonial; (ii) orçamentário; e (iii) financeiro.

##### **(t.1) Resultado patrimonial**

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).



As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

#### **(t.2) Resultado orçamentário**

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

#### **(t.3) Resultado financeiro**

O resultado financeiro representa o confronto entre os ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

#### **(u) Diretrizes gerais da política de remuneração das Empresas Estatais Federais**

Trata-se de normas e diretrizes gerais observadas quando da distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas controladas pela União.

Os acionistas têm direito a receber como dividendos obrigatórios, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto social da empresa ou, quando esse é omissivo, metade do lucro líquido ajustado, em conformidade com o art. 202 da Lei nº 6.404, de 16 de dezembro de 1976.

No caso das empresas estatais federais, os seus estatutos sociais determinam a remuneração aos acionistas de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998.

Os órgãos de administração poderão, se autorizados por estatuto, declarar dividendos intermediários com base no lucro apurado em balanço semestral ou trimestral, bem como mediante reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, nos termos do art. 204 da Lei nº 6.404/1976.

Além disso, há estatutos sociais de empresas estatais que autorizam o pagamento antecipado de dividendos, normalmente com base em balanço semestral, a ser ratificado em decisão da assembleia geral que deliberar sobre a destinação do lucro líquido daquele exercício.





De forma alternativa ao pagamento de dividendos, foi criada a sistemática de remunerar o capital próprio na forma de juros, nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro 1995, que concedeu às empresas a faculdade de deduzir, para efeitos de apuração do lucro real, o montante dos juros pagos ou creditados aos acionistas, calculados sobre as contas do patrimônio líquido.

O recolhimento, à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), de dividendos ou juros, far-se-á na Conta Única do Tesouro Nacional, na forma a ser estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional, nos prazos a seguir:

- (i) Sociedades por ações, no prazo de 60 dias da data em que for declarado, salvo deliberação em contrário da assembleia geral, e, em qualquer caso, dentro do exercício social, nos termos do §3º do art. 205 da Lei nº 6.404/1976. Adicionalmente, no prazo máximo de 10 dias, a partir da data em que se iniciar o pagamento aos demais acionistas (Decreto nº 2.673/1998);
- (ii) Empresas públicas não constituídas na forma de sociedade anônima, no prazo máximo de 30 dias, a contar da data da publicação da proposta de destinação de resultado aprovada pelo Ministro de Estado da Fazenda, em conformidade com o Decreto nº 2.673/1998.

Sobre os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, incidirão encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento ou pagamento não se verificar na data fixada em lei, assembleia ou deliberação do Conselho Diretor, conforme disposto no Decreto nº 2.673/1998.

A receita do Tesouro Nacional proveniente da arrecadação de dividendos ou juros sobre o capital próprio pelas entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores, deverá ser direcionada à amortização da dívida pública federal, conforme dispõe a Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997, contribuindo, assim, para a redução do endividamento público.

O dividendo obrigatório pode deixar de ser pago no exercício social em que os órgãos de administração informarem à assembleia geral ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da empresa, sendo registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos assim que o permitir a situação financeira da companhia, em conformidade com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976.

Adicionalmente, poderá ser constituída reserva de lucros a realizar quando o montante dos dividendos obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício.

O montante de dividendos e juros sobre capital próprio a ser distribuído pelas empresas estatais dependerá de diversos fatores, tais como: planos de investimentos, fluxo de caixa, limites e obrigações legais e estatutárias, ambiente econômico e outros fatores considerados relevantes pela empresa. A expectativa do Tesouro Nacional leva em consideração ainda o setor da atividade econômica em que a empresa atua e seu grau de dependência da União.



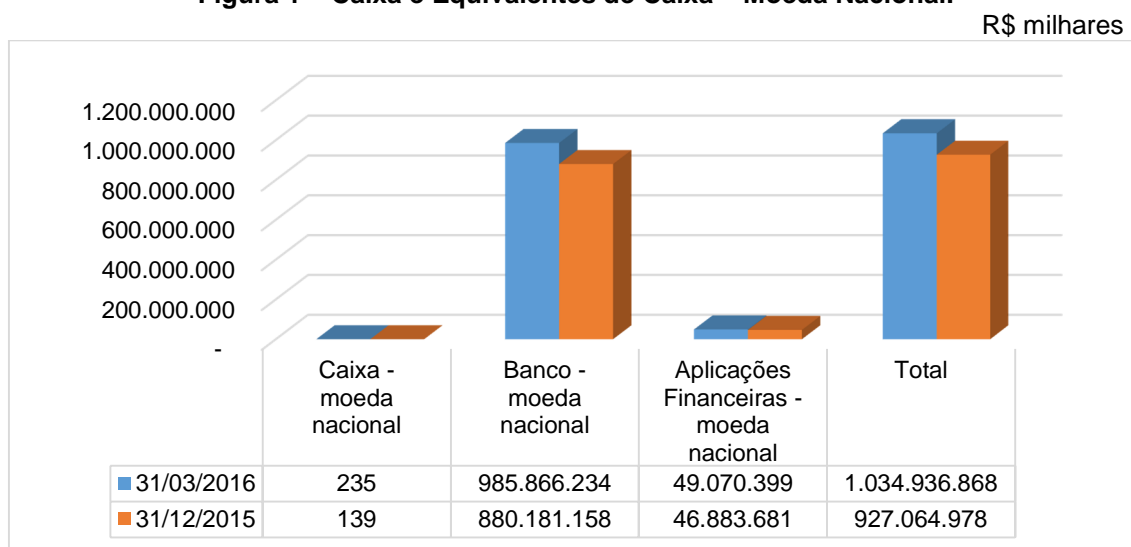


### 3.3 Composição dos principais itens das demonstrações contábeis consolidadas

#### Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

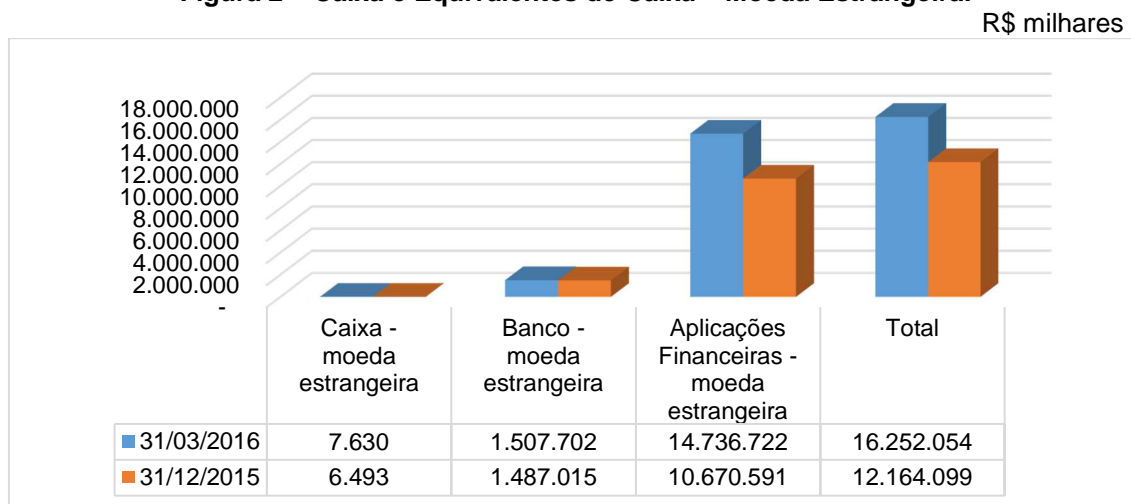
O item Caixa e Equivalentes de Caixa contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em moeda nacional e moeda estrangeira. Nos gráficos a seguir, visualiza-se sua composição:

**Figura 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa – Moeda Nacional.**



Fonte: SIAFI, 2016.

**Figura 2 – Caixa e Equivalentes de Caixa – Moeda Estrangeira.**



Fonte: SIAFI, 2016.

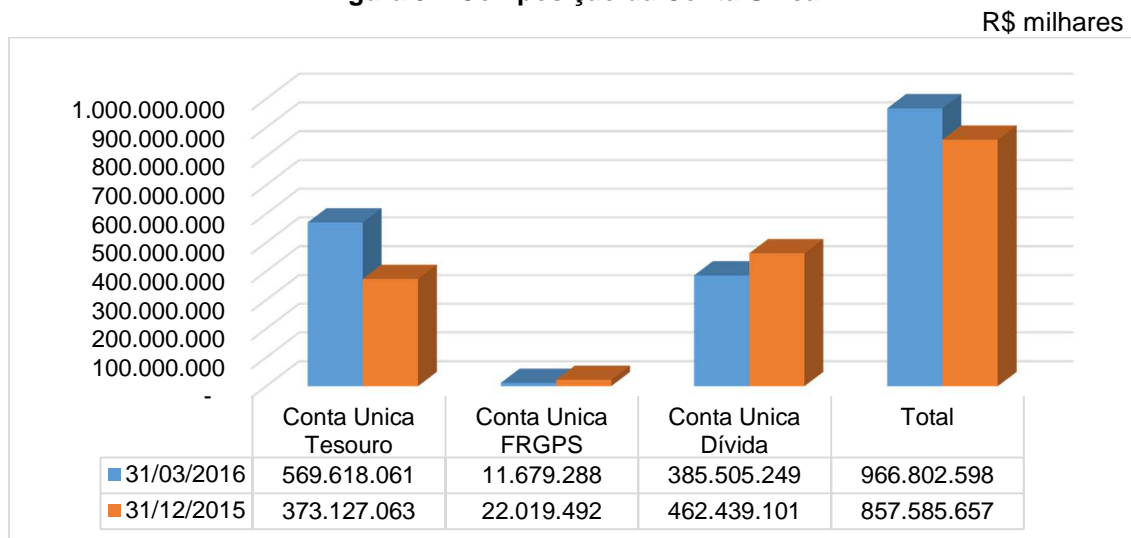
Vale destacar, por seu elevado montante, a participação da Conta Única do Tesouro Nacional que integra a rubrica Bancos – Moeda Nacional em Caixa e Equivalentes de Caixa. A Conta Única é subdividida em três segmentos: (i) a destinada à administração da dívida pública; (ii) a destinada à movimentação financeira do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social); e (iii) a destinada às demais movimentações do Tesouro Nacional.

Essa segmentação é para maior controle, e, em especial, a segmentação da movimentação financeira do INSS ocorre também por exigência constitucional, conforme preceitua o artigo 167, inciso XI, da Constituição Federal de 1988, no qual veda a utilização dos recursos provenientes



das contribuições sociais, de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). A seguir, o gráfico demonstra os montantes por segmento.

**Figura 3 – Composição da Conta Única.**



Fonte: SIAFI, 2016.

A variação normalmente observada entre as disponibilidades do Tesouro e as destinadas à administração da Dívida Pública ocorre, principalmente, em função do procedimento utilizado para pagamento dos títulos da dívida da União. Num primeiro momento, o Tesouro Nacional efetua os pagamentos utilizando os recursos disponíveis na subconta Tesouro, e, posteriormente, esses recursos são repostos por meio de transferência de valores da subconta Dívida Pública, o que, geralmente, causa variações de grande volume entre essas subcontas.

A Conta Única do Fundo do RGPS recebe transferências de recursos do INSS arrecadados por DARF (Documentos de Arrecadação Federal) e por GPS (Guia da Previdência Social), e está detalhada na tabela a seguir.

**Tabela 1 – Detalhamento da Conta Única do Fundo do RGPS.**

R\$ milhares

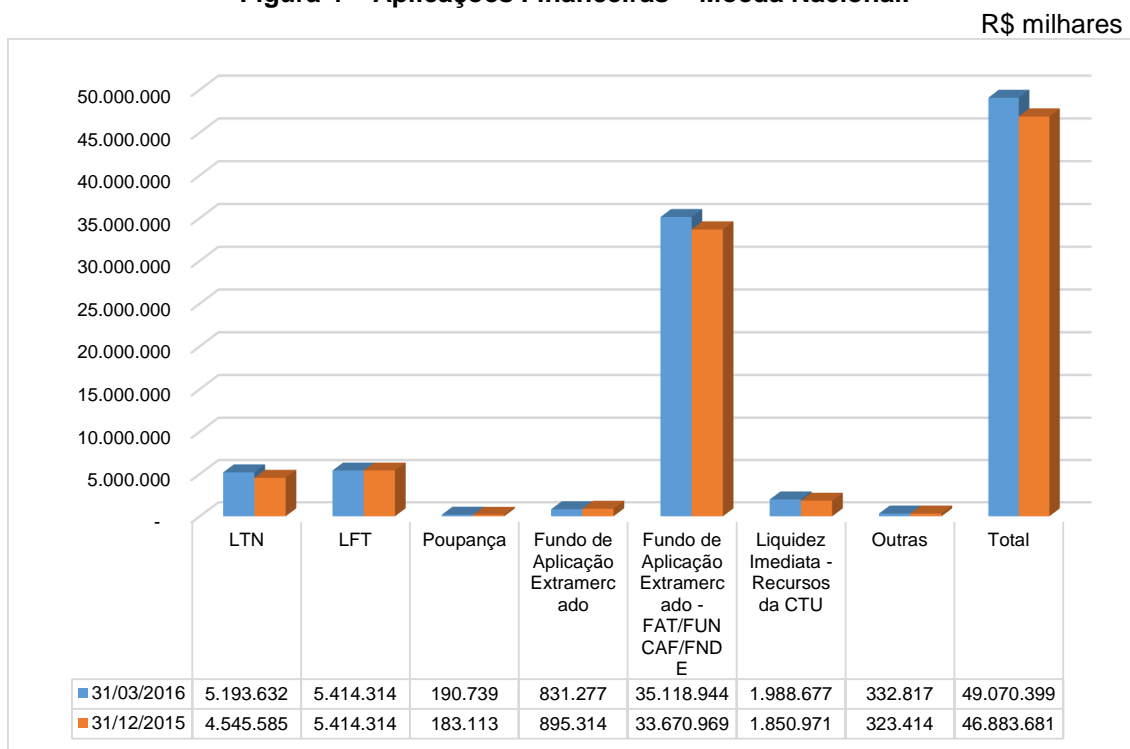
	31/03/2016	31/12/2015	AH (%)
Conta Única – Fundo do RGPS	8.645.523	17.200.469	(49,74)
Conta Única – Valores a Transferir	3.058.297	5.165.272	(40,79)
NS emitidas – Remuneração	(24.532)	(346.248)	(92,91)
<b>Total</b>	<b>11.679.288</b>	<b>22.019.493</b>	<b>(46,96)</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

No Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional enfatizam-se os títulos do mercado aberto com direito a resgate imediato que integram o montante das aplicações financeiras efetuadas pela União. Entre as aplicações, a de maior volume se refere ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que compõe a rubrica Fundo de Aplicação Extramercado FAT/FUNCAFÉ/FNDE, sob supervisão do Ministério do Trabalho e Emprego, com R\$ 35,12 bilhões, em 31 de março de 2016 (R\$ 33,67 bilhões, em 31 de dezembro de 2015). A seguir, pode-se verificar a evolução das aplicações financeiras da União.



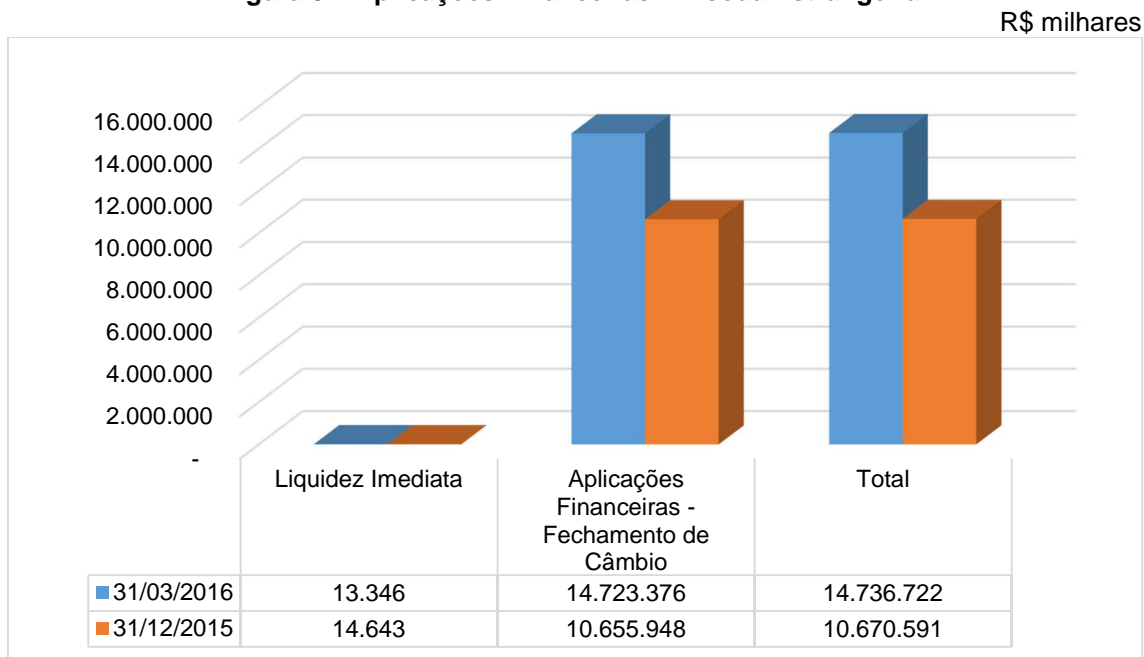
**Figura 4 – Aplicações Financeiras – Moeda Nacional.**



Fonte: SIAFI, 2016

Em relação ao Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Estrangeira, destaca-se no gráfico, a seguir, a composição e a evolução das aplicações financeiras. A principal aplicação se relaciona com operações cambiais sob supervisão da Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (CODIV)/STN.

**Figura 5 – Aplicações Financeiras – Moeda Estrangeira.**



Fonte: SIAFI, 2016.



## Nota 02 – Créditos a Receber

### Créditos a Curto Prazo

Os Créditos a Curto Prazo estão distribuídos conforme tabela apresentada a seguir:

**Tabela 2 – Créditos a Curto Prazo – Composição.**

	R\$ milhares		
	31/03/2016	31/12/2015	AH (%)
Créditos Tributários a Receber	190.324.185	175.976.634	8,15
Clientes	1.190.537	1.136.519	4,75
Créditos de Transferências a Receber	90	30	200,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	77.273.559	88.348.393	(12,54)
Dívida Ativa Tributária	5.983	5.983	-
Dívida Ativa não Tributária	9.459	9.459	-
Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	(165.692.522)	(155.520.395)	6,54
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	264.526.155	297.007.930	(10,94)
<b>Total</b>	<b>367.637.446</b>	<b>406.964.553</b>	<b>(9,66)</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

#### (a) Créditos Tributários a Receber

A maior parte dos Créditos Tributários a Receber é decorrente de Impostos e Contribuições e está concentrada no Ministério da Fazenda, conforme tabela a seguir:

**Tabela 3 – Créditos Tributários a Receber a Curto Prazo – Composição.**

	R\$ milhares		
	31/03/2016	31/12/2015	AH (%)
IR Pessoa Física	3.633.542	8.928.583	(59,30)
IR Pessoa Jurídica – Líquida Incentivos	35.905.579	30.740.450	16,80
IR Retido na Fonte	8.482.756	6.148.434	37,97
IPI	14.546.759	7.526.192	93,28
Contribuição Fin. Seguridade Nacional – COFINS	50.282.631	45.150.472	11,37
Contribuições Previdenciárias	38.700.975	41.474.456	(6,69)
PIS/PASEP	10.975.491	9.769.907	12,34
Contribuição Social s/ Lucro – Pessoa Jurídica	16.995.168	16.057.328	5,84
Sistema S	1.037.931	484.064	114,42
Salário Educação	1.178.129	1.213.798	(2,94)
ITR municípios	1.266.471	1.054.075	20,15
Outros créditos tributários a receber	7.204.436	7.318.394	(1,56)
<b>Subtotal - Ministério da Fazenda</b>	<b>190.209.868</b>	<b>175.866.153</b>	<b>8,16</b>
Outros créditos tributários a receber	114.317	110.481	3,47
<b>Subtotal - Outros Órgãos</b>	<b>114.317</b>	<b>110.481</b>	<b>3,47</b>
<b>Total</b>	<b>190.324.185</b>	<b>175.976.634</b>	<b>8,15</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Os sistemas gerenciais da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) são atualizados a partir da segunda quinzena do mês, com dados referentes ao fim do mês anterior. Esse lapso temporal é devido ao grande volume de dados tratados, o que não permite uma visão on-line do estado atual dos créditos ativos. Além disso, como os levantamentos são efetuados em diversos sistemas, existe a necessidade de se fazer a consolidação dessas informações. Assim, em geral, na última semana de cada mês é finalizado o levantamento dos créditos ativos da RFB e encaminhado para registro no SIAFI.

Sendo assim, a contabilização dos créditos tributários é realizada com um mês de defasagem. O movimento registrado em março de 2016 se refere à posição de fevereiro do mesmo ano.



(b) Empréstimos e Financiamentos Concedidos

Tabela 4 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos – Curto Prazo.

	31/03/2016	31/12/2015	R\$ milhares AH (%)
Empréstimos Concedidos a Receber	50.724.703	42.826.230	18,44
Financiamentos Concedidos a Receber	15.465.967	14.428.321	7,19
Operações Especiais	3.780.964	22.658.538	(83,31)
Resíduo de Empréstimos Concedidos	6.884.315	7.876.624	(12,60)
Empréstimos a Conceder pelos Agentes Financeiros	319.823	308.405	3,70
Outros	97.787	250.275	(60,93)
<b>Total</b>	<b>77.273.559</b>	<b>88.348.393</b>	<b>(12,54)</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Dos Empréstimos Concedidos a Receber, no curto prazo, 94,18% é controlado pelo Ministério da Fazenda, por intermédio da Coordenação Geral de Haveres Financeiros (COAFI)/STN e da Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais (COFIS)/STN.

A COAFI/STN, na maior parte, controla os programas amparados pelas Leis nºs 8.727/1993 e 9.496/1997 e pela Média Provisória (MP) nº 2.185/2001. O saldo controlado no curto prazo refere-se as parcelas que serão liquidadas no exercício, restando a maior parte no ativo não circulante, onde são apropriados os juros e correções.

Importa ressaltar que, devido ao mecanismo vigente dos programas amparados pelas supracitadas leis e MP, os Estados e Municípios que possuem tais dívidas com a União podem acumular resíduo de limite de comprometimento ao longo da vigência dos refinanciamentos.

O aumento de 18,44% em empréstimos concedidos a receber refere-se, em sua maior parte, à reclassificação contábil do ativo não circulante para o ativo circulante. Dentre os valores mais relevantes, destaque para os empréstimos com a Itaipu Binacional (R\$ 5,24 bilhões) e BNDES (R\$ 6,82 bilhões), ambos geridos pela COFIS/STN.

A variação de 83,31% no item Operações Especiais deve-se em sua maior parte, à reclassificação contábil do ativo circulante para o ativo não circulante. Destaque para o contrato PESA BB do Banco do Brasil (R\$ 9,72 bilhões) gerido pela COFIS/STN.

(c) Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Tabela 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Composição.

	31/03/2016	31/12/2015	R\$ milhares AH (%)
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e Terceiros	144.545.389	138.882.838	4,08
Créditos por Danos ao Patrimônio	23.054.674	22.416.012	2,85
Depósitos Restituíveis e valores vinculados	20.428.183	21.427.886	(4,67)
Ajuste para Perdas	(5.432.093)	(4.097.371)	(32,58)
Outros	81.930.002	118.378.565	(30,79)
<b>Total</b>	<b>264.526.155</b>	<b>297.007.930</b>	<b>(10,94)</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

A maior parte dos Demais Créditos e Valores a Curto Prazo se refere a Adiantamentos Concedidos a Pessoal e Terceiros. Tais adiantamentos estão compostos por:



**Tabela 6 – Adiantamentos Concedidos a Pessoal e Terceiros a Curto Prazo – Composição.**

	R\$ milhares		
	31/03/2016	31/12/2014	AH (%)
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	8.493.914	7.357.666	15,44
Adiantamentos de Transferências Voluntárias	130.044.343	126.323.627	2,95
Suprimento de Fundos	26.179	6.234	319,94
Outros adiantamentos	1.181.350	955.272	23,67
<b>Total</b>	<b>139.745.786</b>	<b>134.642.800</b>	<b>3,79</b>
Adiantamentos Inter – Estados e Municípios	4.799.603	4.240.038	13,20
<b>Total</b>	<b>144.545.389</b>	<b>138.882.838</b>	<b>4,08</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Conforme informado na tabela anterior, percebe-se que a maior parte do aumento dos adiantamentos concedidos é referente às Transferências Voluntárias e Legais que não são controladas pelo Sistema de Convênios do Governo Federal (SICONV).

É demonstrado, na tabela a seguir, o valor das Transferências Voluntárias discriminado por Órgão.

**Tabela 7 – Transferências Voluntárias por Órgão.**

	R\$ milhares		
	31/03/2016	31/12/2015	AH (%)
Ministério da Saúde	23.191.689	21.664.045	7,05
Ministério das Cidades	19.014.883	18.054.806	5,32
Ministério da Integração Nacional	16.562.673	16.294.147	1,65
Ministério da Educação	16.427.772	16.329.741	0,60
Ministério dos Transportes	11.269.184	11.048.883	1,99
Ministério do Turismo	5.547.196	5.474.374	1,33
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	5.044.599	4.813.168	4,81
Ministério do Esporte	5.030.773	4.824.923	4,27
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome	4.711.943	4.834.769	(2,54)
<b>Subtotal</b>	<b>106.800.712</b>	<b>103.338.856</b>	<b>3,35</b>
<b>Outros órgãos</b>	<b>23.243.631</b>	<b>22.984.771</b>	<b>1,13</b>
<b>Total</b>	<b>130.044.343</b>	<b>126.323.627</b>	<b>2,95</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

No item Outros da tabela de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, do total de R\$ 81,93 bilhões, R\$ 70,15 bilhões referem-se ao Resultado Positivo do BACEN – Resultado das Operações de Equalização Cambial referente ao 1º semestre de 2016 com posição em 31/03/2016. A apropriação gerou uma Variação Patrimonial Aumentativa, no mesmo valor, reconhecida como Aportes ao Banco Central.

### Créditos a Longo Prazo

Os Créditos a Longo Prazo estão constituídos conforme informações na tabela a seguir:

**Tabela 8 – Créditos a Longo Prazo – Composição.**

	R\$ milhares		
	31/03/2016	31/12/2015	AH (%)
Créditos Tributários a Receber	142.858.113	131.319.988	8,79
Clientes	13.932	13.852	0,58
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.563.340.156	1.594.329.776	(1,94)
Dívida Ativa Tributária	1.642.725.801	1.587.510.183	3,48
Dívida Ativa não Tributária	57.433.356	56.085.313	2,40
Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	(1.506.935.457)	(1.528.073.846)	(1,38)
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	22.002.858	23.167.312	(5,03)
<b>Total</b>	<b>1.921.438.759</b>	<b>1.864.352.578</b>	<b>3,06</b>

Fonte: SIAFI, 2016.



**(a) Créditos Tributários a Receber**

Os Créditos Tributários a Receber estão concentrados no Ministério da Fazenda e estão assim dispostos:

**Tabela 9 – Créditos Tributários a Receber a Longo Prazo – Composição.**

	R\$ milhares		
	31/03/2016	31/12/2015	AH (%)
Imposto, taxa e contribuição de melhoria	32.243.738	32.410.854	(0,52)
Contribuição a Receber	110.614.375	98.909.134	11,83
<b>Total</b>	<b>142.858.113</b>	<b>131.319.988</b>	<b>8,79</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Nas discussões realizadas no exercício de 2015, foi identificado que os créditos com exigibilidade suspensa, quer por processo administrativo, quer por judicial, não atendem ao critério para reconhecimento de ativo, pois não há garantias de fruição de benefícios econômicos futuros. Tais créditos passaram a ser registrados em contas de controle, sendo seus saldos demonstrados na tabela a seguir.

**Tabela 10 – Créditos Tributários com Exigibilidade Suspensa.**

	R\$ milhares		
	31/03/2016	31/12/2015	AH (%)
Impostos	561.617.308	533.580.732	5,25
Contribuições	562.051.527	549.071.119	2,36
Infrações	44.877.503	40.318.240	11,31
<b>Total</b>	<b>1.168.546.338</b>	<b>1.122.970.091</b>	<b>4,06</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

**(b) Empréstimos e Financiamentos Concedidos**

**Tabela 11 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos – Longo Prazo.**

	R\$ milhares		
	31/03/2016	31/12/2015	AH (%)
Empréstimos concedidos a receber	1.106.260.640	1.122.423.892	(1,44)
Resíduo de empréstimos concedidos	220.021.855	254.798.561	(13,65)
Financiamentos concedidos a receber	211.303.476	215.340.881	(1,87)
Outros empréstimos e financiamentos	2.006.566	1.766.442	13,59
Operações Especiais	23.747.619	-	100,00
<b>Total</b>	<b>1.563.340.156</b>	<b>1.594.329.776</b>	<b>(1,94)</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Dos Empréstimos e Financiamentos Concedidos pela União se destacam os decorrentes dos refinanciamentos das dívidas de Estados e Municípios, geridos pela COAFI/STN, que se referem aos programas amparados pelas Leis nºs 8.727/1993 e 9.496/1997 e pela MP nº 2.185/2001 e encontram-se distribuídos nas contas contábeis de curto prazo e longo prazo. Destacam-se também os créditos geridos pela COFIS/STN, que administram os contratos com instituições financeiras, sendo 82,51% referentes a contratos com o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES).

**(c) Dívida Ativa Tributária**

A Dívida Ativa abrange os créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas, inscritos por não terem sido quitados e não atingidos por nenhuma causa de extinção ou suspensão de exigibilidade. A Lei nº 4.320/1964, em seu art. 39, § 2º, define como Dívida Ativa Tributária o crédito da Fazenda Pública proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas. Os créditos provenientes das demais origens são considerados Dívida Ativa Não Tributária.





O Ministério da Fazenda responde por 99,95% da Dívida Ativa Tributária. A gestão da Dívida Ativa está a cargo da PGFN, que se utiliza do Sistema Integrado da Dívida Ativa (SIDA). As movimentações ocorridas no SIDA são registradas mensalmente no SIAFI através do processamento da Fita DAU (Dívida Ativa da União). A tabela a seguir apresenta os saldos dos créditos da dívida ativa administrada pela PGFN.

**Tabela 12 – Dívida Ativa Tributária – PGFN – Composição.**

	R\$ milhares		
	31/03/2016	31/12/2015	AH (%)
Créditos Inscritos em Dívida Ativa	1.641.939.990	1.586.753.842	3,48
Dívida Ativa Tributária (Não Previdenciária)	1.273.052.111	1.236.075.674	2,99
Dívida Ativa Tributária Previdenciária	368.887.879	350.678.168	5,19
Ajustes para Perdas de Dívida Ativa	(1.359.886.370)	(1.359.886.370)	-
Créditos por Transferência	1.778	1.778	0,03
<b>Total</b>	<b>282.055.398</b>	<b>226.869.250</b>	<b>24,33</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

**(d) Dívida Ativa Não Tributária**

Na tabela apresentada na continuação é detalhada a composição da dívida ativa não tributária de acordo com o órgão responsável.

**Tabela 13 – Dívida Ativa Não Tributária – Por Órgão.**

	R\$ milhares		
	31/03/2016	31/12/2015	AH (%)
Banco Central do Brasil	34.216.396	34.138.722	0,23
Instituto Bras. de Meio Ambiente e dos Rec. Naturais Renováveis	6.327.251	6.072.848	4,19
Fundo do Regime Geral da Previdência Social	5.532.871	5.516.724	0,29
Agência Nacional de Saúde Suplementar	2.811.165	2.640.285	6,47
Agência Nacional de Telecomunicações	2.552.775	2.552.775	-
Comissão de Valores Mobiliários	1.711.815	1.025.233	66,97
Superintendência de Seguros Privados	1.361.521	1.255.668	8,43
Demais	2.919.562	2.883.058	1,27
<b>Total</b>	<b>57.433.356</b>	<b>56.085.313</b>	<b>2,40</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

O Banco Central do Brasil, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Fundo do Regime Geral da Previdência Social respondem por aproximadamente 80% de estoque da dívida ativa não tributária.

O Banco Central do Brasil é responsável por cerca 60% dos valores inscritos em dívida ativa não tributária. Do valor inscrito sob supervisão do Bacen, foi constituído um ajuste para perdas de igual valor (R\$ 34,2 bilhões, aproximadamente), de acordo com a metodologia adotada pela Autarquia.

O IBAMA é o segundo órgão em montante de dívida ativa não tributária, sendo responsável por 11%, aproximadamente. Não houve constituição de ajustes para perdas, em relação a tais créditos, por parte do IBAMA.

O Fundo do RGPS é responsável por 9,6%, aproximadamente, dos valores inscritos em dívida ativa não tributária. Desse valor foi constituído um ajuste para perdas de cerca de R\$ 5,3 bilhões (cerca de 96,1% do estoque).



(e) Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Tabela 14 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo – Composição.

	R\$ milhares		
	31/03/2016	31/12/2015	AH (%)
Crédito a Receber em Parcelas/Lote por Desapropriação	7.827.894	7.827.894	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	9.195.398	7.867.801	16,87
Prêmios de Seguros a Receber - FGE – LP	-	2.452.724	(100,00)
Créditos a Receber de Entidades Federais	1.150.405	1.150.408	-
Depósito Efetuado para Interposição de Recursos	753.221	730.671	3,09
Créditos a Receber Pendentes de Decisão Judicial	482.176	487.038	(1,00)
Créditos Parcelados	365.738	427.007	(14,35)
Depósitos Judiciais Efetuados	410.192	400.676	2,37
Créditos por Infrações Legais/Contratuais - Longo Prazo	317.541	352.894	(10,02)
Outros	1.500.293	1.470.199	2,05
<b>Total</b>	<b>22.002.858</b>	<b>23.167.312</b>	<b>(5,03)</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Em janeiro de 2016, foi realizada a reclassificação do longo prazo para o curto prazo, de acordo com a competência, dos Prêmios de Seguro a Receber do Fundo de Garantia à Exportação – BNDES.

Nota 03 – Investimentos

Os investimentos da União são reunidos em três grandes grupos: (i) participações permanentes; (ii) propriedades para investimento; e (iii) demais investimentos permanentes. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do item Investimentos, para 31/03/2016 e 31/12/2015.

Tabela 15 – Investimentos – Composição.

	R\$ milhares		
	31/03/2016	31/12/2015	AH (%)
Participações Permanentes	277.108.110	285.429.475	(2,92)
Propriedades para Investimento	43.074	40.354	6,74
Demais Investimentos Permanentes	2.154.637	1.602.395	34,46
<b>Total</b>	<b>279.305.821</b>	<b>287.072.224</b>	<b>(2,71)</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Participações Permanentes

Do total das participações societárias da União cerca de 99% são geridas pela Coordenação Geral de Participações Societárias (COPAR)/STN e engloba empresas públicas, fundos e organismos internacionais. A seguir, a composição do saldo de Investimentos, com destaque para o Ministério da Fazenda (MF):

Tabela 16 – Participações Permanentes – Composição.

	R\$ milhares		
	31/03/2016	31/12/2015	AH (%)
Participações em Empresas – MEP	224.349.106	232.845.177	(3,65)
Participações em Fundos	42.796.789	42.811.143	(0,03)
Participações em Empresas (Custos)	524.749	524.749	-
Participações em Fundos (Custos)	7	7	-
Participações em Organismos Internacionais	5.858.010	5.814.475	0,75
<b>Total MF</b>	<b>273.528.661</b>	<b>281.995.551</b>	<b>(3,00)</b>
Outros órgãos	3.579.449	3.433.924	4,24
<b>Total Participações Permanentes</b>	<b>277.108.110</b>	<b>285.429.475</b>	<b>(2,92)</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

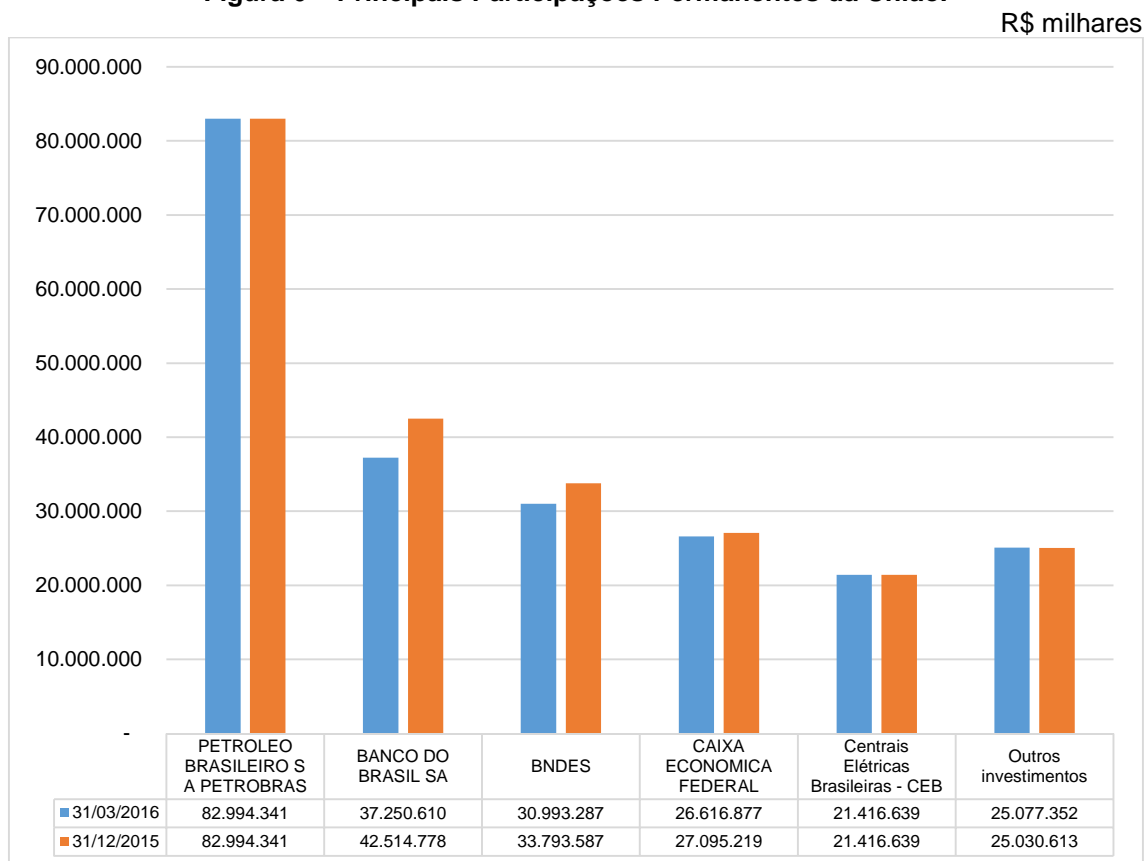
Observa-se em março/2016 uma redução de 3,65% na Participação em Empresas – MEP, decorrente da atualização da participação da União no Banco do Brasil (R\$ 5,2 bilhões), no BNDES (R\$ 2,8 bilhões) e na Caixa Econômica Federal (R\$ 0,5 bilhão). A maior redução ocorreu



no Banco do Brasil, sendo R\$ 4,1 bilhões contabilizado em 29/01/2016 referentes à posição de 30/09/2015 e R\$ 1,1 bilhão contabilizado em 31/03/2016 referente ao balanço encerrado em 31/12/2015.

As principais participações da União em empresas, dependentes ou não dependentes, geridas pelo Ministério da Fazenda, estão demonstradas no gráfico a seguir:

**Figura 6 – Principais Participações Permanentes da União.**



Fonte: SIAFI, 2016.

### Propriedades para Investimento

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizados dois critérios para mensuração e avaliação destes bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado.

**Tabela 17 – Propriedades para Investimento – Composição.**

R\$ milhares

	31/03/2016	31/12/2015	AH (%)
Indústrias Nucleares do Brasil S/A	1.560	1.560	-
Companhia Nacional de Abastecimento	40.563	37.843	7,19
Ministério da Justiça	18	18	-
Industria de Material Bélico do Brasil	933	933	-
<b>Total</b>	<b>43.074</b>	<b>40.354</b>	<b>6,74</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

O acréscimo de 7,19% na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) refere-se à inclusão de bens patrimoniais recebidos em doação.



## Demais Investimentos Permanentes

**Tabela 18 – Demais Investimentos Permanentes – Composição.**

	31/03/2016	31/12/2015	R\$ milhares AH (%)
Bens Móveis Não Destinados a Uso	1.931	1.931	-
Títulos e Valores Mobiliários Permanentes	2.066	2.066	0,01
Cotas do FFIE Integralizadas - FSB	2.150.640	1.598.398	34,55
<b>Total</b>	<b>2.154.637</b>	<b>1.602.395</b>	<b>34,46</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

A maior variação refere-se ao saldo das cotas do FFIE. O valor do investimento é atualizado mensalmente pelo valor das cotas, conforme o demonstrativo da BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BB DTVM):

**Quadro 1 – Movimentações do Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização (FFIE).**

			R\$ milhares
Saldo 31 de dezembro de 2015			1.598.398
	Nº Cotas	Valor da Cota	Atualização
Janeiro	1.746.240.806,25	0,862332165	(92.558)
Fevereiro	1.746.240.806,25	0,844326139	(31.443)
Março	1.746.240.806,25	1,231582571	676.243
<b>Saldo 31 de março de 2016</b>			<b>2.150.640</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

## Nota 04 – Imobilizado

O Imobilizado da União é segregado em dois grupos: (i) bens móveis; e (ii) bens imóveis. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do item Imobilizado, em 31/03/2016 e em 31/12/2015.

**Tabela 19 – Imobilizado – Composição.**

	31/03/2016	31/12/2015	R\$ milhares AH (%)
<b>Bens Móveis</b>	82.459.994	82.705.654	(0,30)
(+) Valor Contábil Bruto	96.282.204	96.100.726	0,19
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão	(13.544.122)	(13.056.102)	3,74
(-) Redução ao Valor Recuperável	(278.088)	(338.970)	(17,96)
<b>Bens Imóveis</b>	763.525.569	740.278.856	3,14
(+) Valor Contábil Bruto	765.702.058	742.399.765	3,14
(-) Depr./Amortização/Exaustão	(2.176.489)	(2.120.909)	2,62
(-) Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
<b>Total</b>	<b>845.985.563</b>	<b>822.984.510</b>	<b>2,79</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

## Bens Móveis

Os Bens Móveis da União em 31/03/2016 totalizavam R\$ 82,4 bilhões e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

**Tabela 20 – Bens Móveis – Composição.**

	31/03/2016	31/12/2015	R\$ milhares AH (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	19.417.724	19.408.307	0,05
Bens de Informática	11.108.560	10.975.875	1,21
Móveis e Utensílios	6.567.984	6.464.045	1,61
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	2.384.164	2.363.807	0,86
Veículos	23.388.402	23.210.511	0,77
Peças e Conjuntos de Reposição	478	231	106,93
Bens Móveis em Andamento	22.204.612	22.312.684	(0,48)

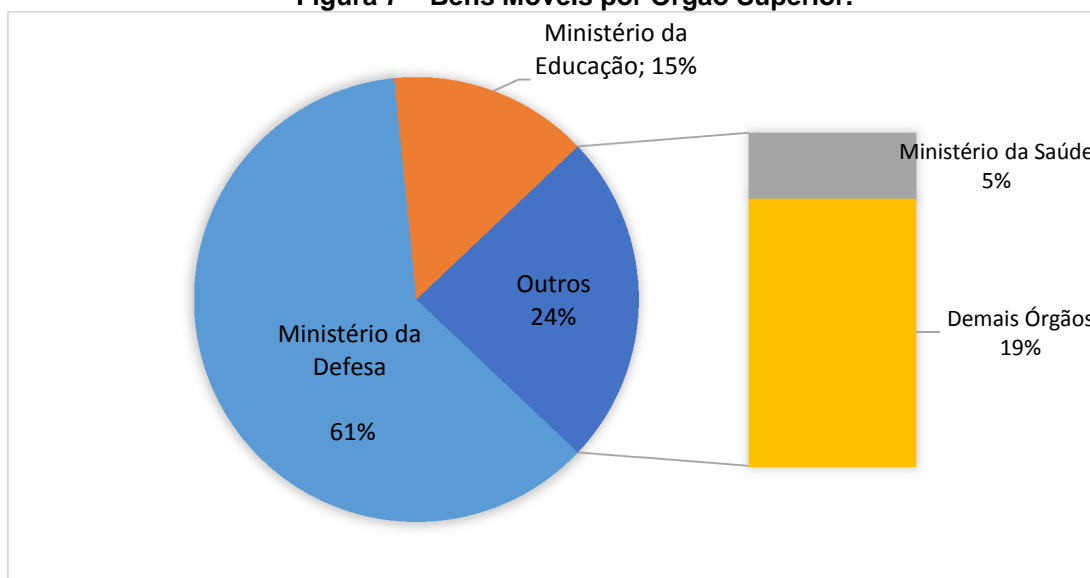


Bens Móveis em Almoarifado	3.809.462	4.279.032	(10,97)
Armamentos	1.177.813	1.187.322	(0,80)
Semoventes e Equipamentos de Montaria	30.178	29.713	1,56
Demais Bens Móveis	6.192.526	5.869.199	5,51
Depreciação acumulada	(13.543.821)	(13.056.102)	3,74
Redução ao Valor Recuperável	(278.088)	(338.970)	(17,96)
<b>Total</b>	<b>82.459.994</b>	<b>82.705.654</b>	<b>(0,30)</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Os bens móveis estão distribuídos por Órgão Superior conforme demonstrado na figura a seguir.

**Figura 7 – Bens Móveis por Órgão Superior.**



Fonte: SIAFI, 2016.

Dos Bens Móveis da União cerca de 61% estão registrados no Ministério da Defesa. A tabela a seguir detalha os valores por contas contábeis, sendo que a conta Bens Móveis em Andamento é a mais relevante. Desse item, pode-se destacar que a maior parte é do Comando da Marinha, sendo que R\$ 11,7 bilhões estão registrados nas Unidades Gestoras 740002 e 740003 – Coordenação-Geral do Programa de Desenvolvimento do Submarino com Propulsão Nuclear, UG no país e no exterior, respectivamente.

**Tabela 21 – Bens Móveis – Ministério da Defesa – Composição.**

	R\$ milhares		
	31/03/2016	31/12/2015	AH (%)
Bens Móveis em Andamento	20.582.024	20.741.814	(0,77)
Veículos	17.885.617	17.734.098	0,85
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	7.123.319	7.277.120	(2,11)
Bens Móveis em Almoarifado	3.130.934	3.621.054	(13,54)
Outros Bens Móveis	6.484.152	6.153.161	5,38
Redução ao Valor Recuperável	(130.383)	(190.155)	(31,43)
Depreciação Acumulada	(4.503.545)	(4.374.857)	2,94
<b>Total</b>	<b>50.572.118</b>	<b>50.962.235</b>	<b>(0,77)</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

### Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 31/03/2016 totalizavam R\$ 763 bilhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.



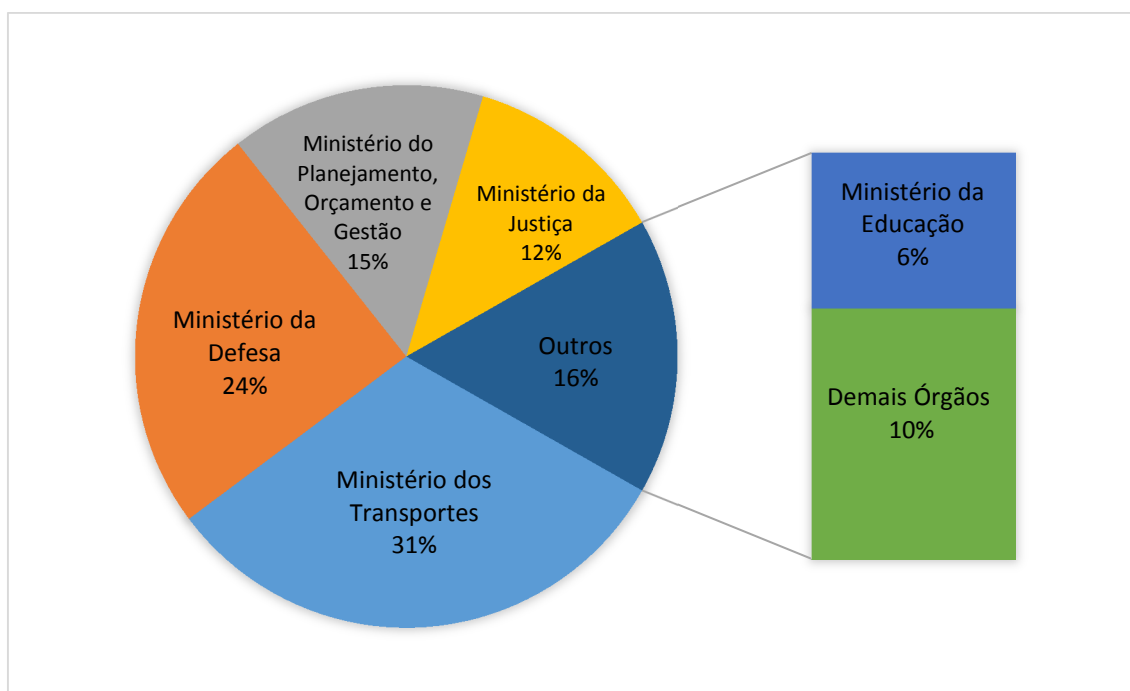
**Tabela 22 – Bens Imóveis – Composição.**

	R\$ milhares		
	31/03/2016	31/12/2015	AH (%)
Bens de Uso Especial	424.808.444	403.750.569	5,22
Bens Dominicais	60.238.354	60.220.784	0,03
Bens de Uso Comum do Povo	222.658.180	222.491.200	0,08
Bens Imóveis em Andamento	50.182.419	48.072.936	4,39
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	919.514	896.928	2,52
Instalações	4.674.217	4.715.784	(0,88)
Demais Bens Imóveis	2.220.930	2.251.565	(1,36)
Deprec./Acum./Amort. Acumulada	(2.176.489)	(2.120.910)	2,62
Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
<b>Total</b>	<b>763.525.569</b>	<b>740.278.856</b>	<b>3,14</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Os bens imóveis estão distribuídos por Órgão superior de acordo com a figura a seguir.

**Figura 8 – Bens Imóveis por Órgão Superior.**



Fonte: SIAFI, 2016.

Dos Bens Imóveis, cerca de 31% corresponde aos bens imóveis do Ministério dos Transportes, em especial os do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), conforme demonstrado na tabela a seguir:

**Tabela 23 – Bens Imóveis – Ministério dos Transportes – Composição.**

	R\$ milhares		
	31/03/2016	31/12/2015	AH (%)
Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	366.638	362.588	1,12
Departamento do Fundo da Marinha Mercantes	33.339	8.201	306,52
Coordenação Geral e Recursos Logísticos	28.849	28.849	-
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)	82.950	71.623	15,81
<b>Total Bens de Uso Especial</b>	<b>511.776</b>	<b>471.261</b>	<b>8,60</b>
DNIT	222.490.846	222.490.839	-
<b>Total Bens de Uso Comum do Povo</b>	<b>222.490.846</b>	<b>222.490.839</b>	<b>-</b>
VALEC	14.424.135	14.240.954	1,29
DNIT	1.657.960	554.520	198,99



República Federativa do Brasil  
Governo Federal  
Ministério da Fazenda  
Secretaria do Tesouro Nacional

Empresa de Planejamento e Logística S.A (EPL)	51.401	50.413	1,96
Agência Nacional de Transportes Terrestres	485.724	244.038	99,04
<b>Total Bens Imóveis em Andamento</b>	<b>16.619.220</b>	<b>15.089.925</b>	<b>10,13</b>
<b>Outros Bens Imóveis</b>	<b>618.771</b>	<b>618.255</b>	<b>0,08</b>
Depreciação Acumulada - DNIT	(532)	(529)	0,57
Depreciação Acumulada - VALEC	(503.287)	(496.844)	1,30
Depreciação Acumulada - EPL	(14.489)	(12.854)	12,72
Depreciação Acumulada - Demais Órgãos	(34)	(15)	126,67
<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>(518.342)</b>	<b>(510.242)</b>	<b>1,59</b>
<b>Total Bens Imóveis - Ministério dos Transportes</b>	<b>239.722.271</b>	<b>238.160.038</b>	<b>0,66</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

A partir do exercício de 2012, o DNIT, em obediência às Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e com o intuito de evidenciar o patrimônio público atribuído à sua administração, passou a registrar as rodovias e estradas federais.

Por rodovias federais entendem-se as vias rurais pavimentadas e por estradas, as vias rurais não pavimentadas, conforme define o Anexo I do atual Código de Trânsito Brasileiro (CTB), instituído pela Lei nº 9.503/1997.

Tangente aos critérios de mensuração das rodovias e estradas federais, esclarece-se que dos valores evidenciados o DNIT adotou como critério o valor necessário à construção de uma rodovia nova, ponderando as condições em que determinados trechos rodoviários se encontram, os quais necessitam de outros gastos com o intuito de colocá-los em condições ideais de uso. Tal metodologia também é denominada de Custo Médio Gerencial. Nos casos de vias não pavimentadas, ou seja, estradas, o critério adotado foi o de se utilizar como parâmetro os valores necessários à manutenção dos trechos rodoviários, como serviços de terraplanagem, dentre outros.

Registra-se, ainda, que o DNIT não vem realizando o reconhecimento e a mensuração dos ativos de infraestrutura referentes às ferrovias e hidrovias sob sua jurisdição, constituídas de vias navegáveis, inclusive eclusas ou outros dispositivos de transposição hidrovial de níveis, ferrovias federais, bem como suas instalações.

O Ministério da Defesa também merece destaque dentro do grupo de Bens Imóveis, já que corresponde a aproximadamente 24% do total do grupo. O item Bens Imóveis de Uso Especial é o de maior destaque dentro do referido órgão.

**Tabela 24 – Bens Imóveis – Ministério da Defesa – Composição.**

	31/03/2016	31/12/2015	R\$ milhares AH (%)
Bens Imóveis de Uso Especial	177.527.720	177.211.081	0,18
Obras em Andamento	8.875.361	8.978.113	(1,14)
Outros Imóveis	400.285	462.443	(13,44)
Depreciação Acumulada	(227.240)	(217.046)	4,70
<b>Total</b>	<b>186.576.126</b>	<b>186.434.591</b>	<b>0,08</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Os Bens de Uso Especial são compostos, em seu maior montante, por aquartelamentos, terrenos/glebas e aeroportos.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) também se destaca no grupo dos Bens Imóveis, uma vez que representa 15,15% do total do grupo. Os itens Bens de Uso Especial e Bens Dominicais são os de maior relevância dentro do referido Órgão.





**Tabela 25 – Bens Imóveis – MPOG – Composição.**

	31/03/2016	31/12/2015	R\$ milhares AH (%)
Bens de Uso Especial	60.894.116	49.929.609	21,96
Bens Dominicais	54.761.596	54.761.596	-
Bens Imóveis em Andamento	10.212	8.692	17,49
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	1.407	1.407	-
Instalações	5.889	5.329	10,51
Deprec./Acum./Amort. Acumulada	(15.137)	(13.865)	9,17
<b>Total</b>	<b>115.658.083</b>	<b>104.692.768</b>	<b>10,47</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

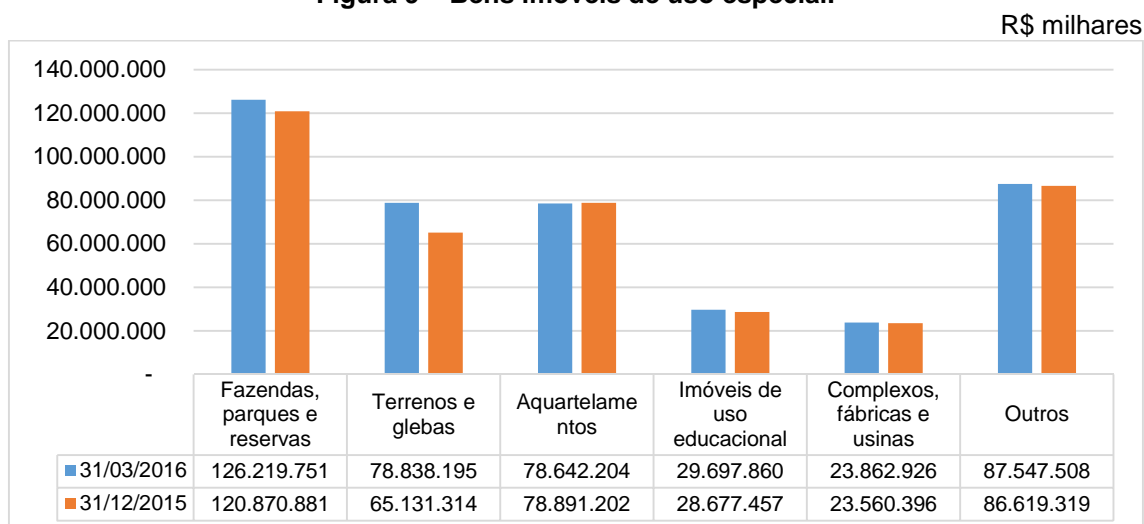
A variação em Bens Imóveis no MPOG ocorreu, na sua grande maioria, devido ao cadastramento e reavaliação dos imóveis de uso especial, cadastramento no SPIUNET, localizado nas Superintendências do Patrimônio da União em todo o país, conforme Memorando Circular nº 79/DECAP/SPU-MP, de 06 de junho de 2012.

Nesse cenário destaca-se a Superintendência do Patrimônio da União do Estado do Rio de Janeiro, onde houve inclusão no SPIUNET de uma área, situada no Jardim Botânico, de 1.203.427,77m<sup>2</sup>, cujo valor do m<sup>2</sup> na região é de R\$ 8.580,10 (oito mil, quinhentos e oitenta reais e dez centavos), originando assim, o valor do imóvel em R\$ 10,3 bilhões, aproximadamente.

#### (a) Imóveis de Uso Especial

Os Bens Imóveis de Uso Especial da União apresentaram um aumento de aproximadamente R\$ 21 bilhões no primeiro trimestre de 2016, e é o item de maior representatividade dentre os bens imóveis da União, com cerca de 55%. O gráfico a seguir apresenta os maiores saldos:

**Figura 9 – Bens imóveis de uso especial.**



Fonte: SIAFI, 2016.

#### Nota 05 – Intangível

O Ativo Intangível da União, em 31/03/2016, totalizava R\$ 3,4 bilhões e está distribuído em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

**Tabela 26 – Intangível – Composição.**

	31/03/2016	31/12/2015	R\$ milhares AH (%)
Softwares com vida útil definida	2.484.149	2.636.226	(5,77)
Softwares com vida útil indefinida	377.600	-	-

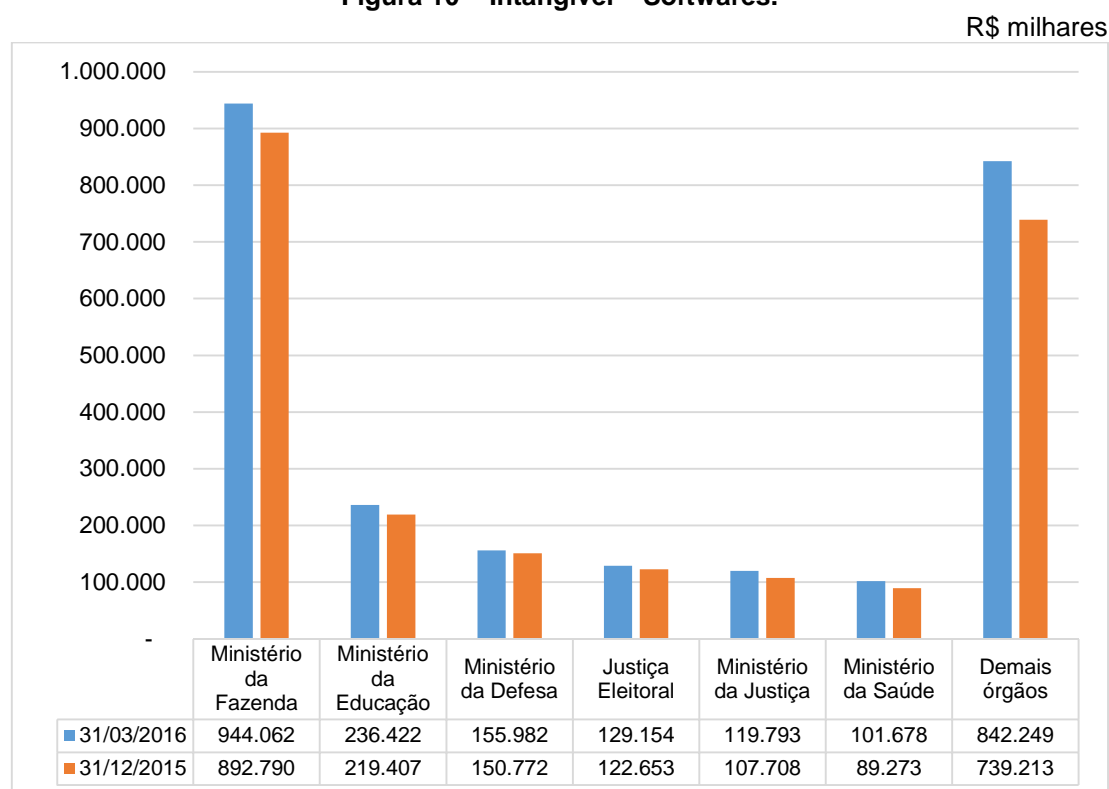


Amortização Acumulada - Softwares	(227.825)	(219.825)	3,64
Marcas e Patentes Industriais	697.040	788.679	(11,62)
Amortização Acumulada - Marcas, Direitos e Patentes	(48.407)	(46.795)	3,44
Concessão de Direito de Uso e Comunicação	121.768	-	-
Direito de uso de imóvel - prazo determinado	3.084	3.976	(22,44)
Direito de uso de imóvel - prazo indeterminado	892	-	-
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	(1.027)	(1.027)	-
<b>Total</b>	<b>3.407.273</b>	<b>3.161.233</b>	<b>7,78</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

No Intangível, destaca-se o título “Softwares”, que representa cerca de 84% do grupo. Os maiores saldos de softwares, líquido da amortização acumulada, encontram-se registrados nos seguintes órgãos:

Figura 10 – Intangível – Softwares.



Fonte: SIAFI, 2016.

No âmbito do Ministério da Fazenda, relativamente aos softwares com desenvolvimento externo, o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) são os principais fornecedores. Esses ativos foram mensurados pelo custo de produção, representado pelo valor do contrato de desenvolvimento e respectivos aditivos.

#### Nota 06 – Empréstimos e Financiamentos

Dos valores constantes dos Empréstimos e Financiamentos – Curto e Longo Prazos, a maior parte está sob a gestão do Ministério da Fazenda, sendo a CODIV/STN a responsável pelo registro e controle das operações.

O estoque da Dívida Pública Federal (DPF) apresentado nas demonstrações contábeis é calculado pela metodologia por apropriação. Trata-se da demonstração dos saldos de valores arrecadados (ou simplesmente reconhecidos) com os juros e deságios apropriados registrados no SIAFI.



Por outro lado, o estoque demonstrado no Resultado do Tesouro Nacional, Relatório Mensal da DPF (RMD), Relatório Anual da Dívida (RAD) e Plano Anual de Financiamento (PAF), é apurado utilizando-se a taxa interna de retorno média (TIR) das emissões como taxa de desconto para a determinação do valor presente dos títulos (Estoque pela TIR). Essa metodologia, que atende à demanda dos agentes econômicos, é também utilizada para cálculo de indicadores da dívida contidos naqueles relatórios. É importante ressaltar que as duas metodologias convergem e têm valores idênticos quando do pagamento/vencimentos dos títulos.

Os valores de Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo estão detalhados na tabela a seguir.

**Tabela 27 – Empréstimos e Financiamentos – Curto Prazo – Composição.**

	R\$ milhares		
	31/03/2016	31/12/2015	AH (%)
Dívida Mobiliária	1.111.488.384	795.207.234	(2,84)
Títulos da Dívida Agrária – TDA	815.144	501.280	62,61
Créditos Securitizados	160	160	-
Contratos de Empréstimos Internos	16.159	9.149	76,62
Antecipação de Receita Orçamentária – ARO	4	4	-
<b>Empréstimos – Interno</b>	<b>1.112.319.851</b>	<b>795.717.827</b>	<b>39,79</b>
Empréstimos – Em títulos	11.384.305	6.760.067	68,41
Empréstimos – Em contratos	1.588.826	1.084.741	46,47
Débitos de Operações Especiais	176.038	140.376	25,40
<b>Empréstimos – Externo</b>	<b>13.149.169</b>	<b>7.985.184</b>	<b>64,67</b>
Financiamentos do Ativo Permanente	3.830	3.744	2,30
Financiamentos para Construção de Imóveis	205	341	(39,88)
Duplicatas Descontadas	-	5	(100,00)
<b>Financiamentos – Interno</b>	<b>4.035</b>	<b>4.090</b>	<b>(1,34)</b>
Financiamentos do Ativo Permanente	2.264.669	2.248.121	0,74
Outros Financiamentos Externos	8.633	8.633	-
<b>Financiamentos – Externo</b>	<b>2.273.302</b>	<b>2.256.754</b>	<b>0,73</b>
<b>Total</b>	<b>1.127.746.357</b>	<b>805.963.855</b>	<b>39,93</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Por sua vez, os valores de Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo estão detalhados na tabela a seguir.

**Tabela 28 – Empréstimos e Financiamentos – Longo Prazo – Composição.**

	R\$ milhares		
	31/03/2016	31/12/2015	AH (%)
Empréstimos Externos – Em títulos	110.809.650	124.821.581	(11,23)
Empréstimos Externos – Em contratos	4.327.157	5.657.121	(23,51)
<b>Empréstimos Externos</b>	<b>115.136.807</b>	<b>130.478.702</b>	<b>(11,76)</b>
Dívida Mobiliária	2.951.063.511	3.161.755.112	(6,66)
Títulos da Dívida Agrária (TDA)	2.020.057	2.402.221	(15,91)
Empréstimos Internos – Em contratos	514.739	507.401	1,45
<b>Empréstimos Internos</b>	<b>2.953.598.307</b>	<b>3.164.664.734</b>	<b>(6,67)</b>
Financiamentos do Ativo Permanente	3.479.106	3.442.739	1,06
<b>Financiamentos Externos</b>	<b>3.479.106</b>	<b>3.442.739</b>	<b>1,06</b>
Financiamentos do Ativo Permanente – Interno	1.200	1.200	-
Financ. p/ Construção de Imóveis Habitacionais – Interno	256	272	(5,88)
<b>Financiamentos Internos</b>	<b>1.456</b>	<b>1.472</b>	<b>(1,09)</b>
<b>Total</b>	<b>3.072.215.677</b>	<b>3.298.587.647</b>	<b>(6,86)</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Mais informações sobre emissões, resgates, estoque, perfil de vencimentos e custo médio, dentre outras, relativas à Dívida Pública Federal, nela incluídas as dívidas interna e externa de responsabilidade do Tesouro Nacional em mercado, podem ser obtidas no Relatório Mensal da Dívida, disponível em <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/relatorio-mensal-da-divida>, abrangendo



as principais alterações ocorridas no exercício de 2016.

O incremento do saldo de curto prazo percebido no ano está ligado, principalmente, às emissões de títulos da Dívida Mobiliária por meio dos leilões tradicionais, leilões de troca, vendas de títulos do Programa Tesouro Direto.

Na continuação, apresenta-se as tabelas contendo a composição da dívida mobiliária interna (segregada em curto e longo prazos) e externa (agrupada).

**Tabela 29 – Dívida Mobiliária Interna – Curto Prazo – Composição.**

	R\$ milhares		
	31/03/2016	31/12/2015	AH (%)
LTN-DL 2376 (VL + CM + ENC)- MERCADO	476.563.025	410.970.723	15,96
LTN-DL 2376 (VL + CM + ENC) - BACEN	222.793.522	198.609.673	12,18
NTN-B (VL + CM + ENC) - MERCADO	137.223.066	92.434.003	48,46
NTN-F (VL+CM+ENC) - MERCADO	82.258.097	16.018.280	413,53
NTN-B (VL + CM + ENC) - BACEN	72.917.744	38.055.332	91,61
LFT (VL + CM + ENC) - MERCADO	59.174.415	14.393.465	311,12
NTN-F (VL+CM+ENC) - BACEN	34.335.150	10.491.793	227,26
LFT (VL + CM + ENC) - BACEN	8.815.937	7.798.935	13,04
Outros Títulos	17.407.428	6.435.029	170,51
<b>Total</b>	<b>1.111.488.384</b>	<b>795.207.234</b>	<b>39,77</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

**Tabela 30 – Dívida Mobiliária Interna – Longo Prazo – Composição.**

	R\$ milhares		
	31/03/2016	31/12/2015	AH (%)
NTN-B (VL + CM + ENC) - MERCADO	733.957.496	734.235.954	(0,04)
LFT (VL + CM + ENC) - MERCADO	650.076.050	611.454.423	6,32
NTN-B (VL + CM + ENC) - BACEN	376.192.570	397.530.560	(5,37)
NTN-F (VL+CM+ENC) - MERCADO	258.695.367	314.738.909	(17,81)
LTN-DL 2376 (VL + CM + ENC)- MERCADO	251.828.170	352.700.951	(28,60)
LFT (VL + CM + ENC) - BACEN	232.502.578	205.924.475	12,91
NTN-F (VL+CM+ENC) - BACEN	171.541.549	200.086.363	(14,27)
LTN-DL 2376 (VL + CM + ENC) - BACEN	169.795.422	228.089.342	(25,56)
NTN-C (VL + CM + ENC) - MERCADO	68.426.148	77.218.298	(11,39)
Outros Títulos	39.680.491	40.806.111	(2,76)
Valores em consolidação**	(1.632.330)	(1.030.275)	58,44
<b>Total</b>	<b>2.951.063.511</b>	<b>3.161.755.112</b>	<b>(6,66)</b>

Nota: \* As contas de controle 8.9.9.9.1.39.02 e 8.9.9.9.1.39.08 não fazem distinção de valores da Dívida Intra-OFSS, portanto os valores registrados nessa linha referem-se a títulos excluídos na consolidação por ainda estarem em poder de órgãos integrantes dos OFSS.

Fonte: SIAFI, 2016.

**Tabela 31 – Dívida Mobiliária Externa – Curto e Longo Prazos – Composição.**

	R\$ milhares		
	31/03/2016	31/12/2015	AH (%)
DP1300003 - GLOBAL	105.493.342	111.070.650	(5,00)
DP1300004 - GLOBAL	10.371.218	13.654.895	(24,00)
DP1300005 - EURO	5.532.954	5.734.613	(4,00)
DP1300006 - A-BOND	795.753	1.120.705	(29,00)
DP1300002 - DL6019	689	785	(12,00)
<b>TOTAL</b>	<b>122.193.955</b>	<b>131.581.648</b>	<b>(7,00)</b>

Fonte: SIAFI, 2016.



#### Nota 07 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/03/2016, a União apresentou um saldo de R\$ 10,9 bilhões de fornecedores em aberto, sendo R\$ 10,8 bilhões nos fornecedores de curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-os entre nacionais e estrangeiros.

**Tabela 32 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.**

	31/03/2016	31/12/2015	R\$ milhares AH (%)
Nacionais	10.510.956	15.032.831	(30,08)
Estrangeiros	250.983	234.365	7,09
<b>Total Circulante</b>	<b>10.761.939</b>	<b>15.267.196</b>	<b>(29,51)</b>
Nacionais	99.481	98.287	1,21
<b>Total Não Circulante</b>	<b>99.481</b>	<b>98.287</b>	<b>1,21</b>
<b>Total Geral</b>	<b>10.861.420</b>	<b>15.365.483</b>	<b>29,31</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Na tabela a seguir, relaciona-se os órgãos contratantes com valores mais expressivos de fornecedores na data base de 31/03/2016:

**Tabela 33 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por órgão contratante.**

	31/03/2016	R\$ milhares AV (%)
Comando da Marinha	825.434	7,60
Instituto Nacional do Seguro Social	672.440	6,19
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	466.858	4,30
Fundação Oswaldo Cruz	440.584	4,06
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	407.839	3,75
Comando da Aeronáutica	341.462	3,14
Comando do Exército	335.545	3,09
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	316.961	2,92
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	298.850	2,75
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	278.969	2,57
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	258.974	2,38
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	257.324	2,37
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	196.246	1,81
Ministério da Saúde	195.161	1,80
Ministério das Cidades	138.299	1,27
Ministério da Fazenda	131.792	1,21
Ministério do Desenvolvimento Agrário	124.122	1,14
Departamento de Polícia Federal	118.174	1,09
Demais	5.056.386	46,56
<b>Total</b>	<b>10.861.420</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Na tabela a seguir, relaciona-se os 25 fornecedores mais significativos, cujos CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) foram identificados, com seus respectivos órgãos contratantes e saldo em aberto, na data base de 31/03/2016.

**Tabela 34 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por fornecedor e órgão contratante.**

	31/03/2016	R\$ milhares AV (%)
<b>Fornecedores / Órgãos Contratantes</b>	<b>31/03/2016</b>	<b>AV (%)</b>
<b>Caixa Econômica Federal</b>	<b>643.663</b>	<b>5,93</b>
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome	407.445	3,75
Ministério das Cidades	131.997	1,22
Ministério do Desenvolvimento Agrário	62.932	0,58
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	18.646	0,17
Instituto Nacional do Seguro Social	12.272	0,11
Ministério da Integração Nacional	7.085	0,07
Ministério do Meio Ambiente	1.178	0,01



República Federativa do Brasil  
Governo Federal  
Ministério da Fazenda  
Secretaria do Tesouro Nacional

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	1.071	0,01
Outros	1.037	0,01
<b>Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev</b>	<b>538.458</b>	<b>4,96</b>
Instituto Nacional do Seguro Social	530.072	4,88
Fundo de Amparo ao Trabalhador	8.381	0,08
Outros	5	-
<b>Banco do Brasil S.A.</b>	<b>481.672</b>	<b>4,43</b>
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	313.878	2,89
Ministério da Fazenda	46.656	0,43
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	45.950	0,42
Ministério do Desenvolvimento Agrário	37.297	0,34
Instituto Nacional do Seguro Social	18.495	0,17
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior	6.421	0,06
Nuclebras Equipamentos Pesados S/A	4.041	0,04
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2.739	0,03
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.945	0,02
Outros	4.250	0,03
<b>Financiadora de Estudos e Projetos</b>	<b>278.969</b>	<b>2,57</b>
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	278.969	2,57
<b>Glaxo-Smithkline Biologicals Manufacturing S.A.</b>	<b>224.355</b>	<b>2,07</b>
Fundação Oswaldo Cruz	224.355	2,07
<b>Helicópteros do Brasil S/A</b>	<b>215.583</b>	<b>1,98</b>
Comando da Aeronáutica	211.128	1,94
Comando da Marinha	4.149	0,04
Departamento de Polícia Federal	306	-
<b>Construtora Norberto Odebrecht S A</b>	<b>188.081</b>	<b>1,73</b>
Comando da Marinha	188.081	1,73
<b>Itaguaí Construções Navais S/A</b>	<b>120.141</b>	<b>1,11</b>
Comando da Marinha	120.141	1,11
<b>Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro</b>	<b>106.530</b>	<b>0,98</b>
Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito	56.915	0,52
Ministério da Fazenda	19.666	0,18
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	15.419	0,14
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	5.279	0,05
Controladoria-Geral da União	3.868	0,04
Departamento de Polícia Federal	2.312	0,02
Presidência da Republica	1.421	0,01
Outros	1.650	0,02
<b>Energisa Sergipe – Distribuidora De Energia S.A</b>	<b>86.568</b>	<b>0,80</b>
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	84.817	0,78
Fundação Universidade Federal de Sergipe	1.581	0,01
Outros	170	-
<b>Essor Seguros S.A.</b>	<b>85.874</b>	<b>0,79</b>
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	85.874	0,79
<b>Iveco Latin America Ltda</b>	<b>80.482</b>	<b>0,74</b>
Comando do Exército	80.482	0,74
<b>Grass Instrument</b>	<b>80.063</b>	<b>0,74</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	80.063	0,74
<b>Dalka fo Brasil Ltda.</b>	<b>72.740</b>	<b>0,67</b>
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	61.408	0,57
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	11.332	0,10
<b>Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social</b>	<b>60.467</b>	<b>0,56</b>
Agencia Nacional do Cinema	60.467	0,56
<b>Casa da Moeda do Brasil</b>	<b>52.016</b>	<b>0,48</b>
Departamento de Polícia Federal	50.944	0,47
Outros	1.072	0,01
<b>Blanver Farmoquímica Ltda</b>	<b>50.646</b>	<b>0,47</b>
Fundação Oswaldo Cruz	50.646	0,47
<b>Mapfre Seguros Gerais S.A.</b>	<b>46.314</b>	<b>0,43</b>
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	46.275	0,43
Outros	39	-
<b>Westland Helicopters Limited</b>	<b>42.624</b>	<b>0,39</b>
Comando da Marinha	42.624	0,39
<b>Editora Moderna Ltda</b>	<b>41.944</b>	<b>0,39</b>





Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	41.944	0,39
<b>Consórcio Tepro</b>	<b>37.874</b>	<b>0,35</b>
Comando do Exército	37.874	0,35
<b>Petrobras Distribuidora S A</b>	<b>37.845</b>	<b>0,35</b>
Comando da Aeronáutica	26.600	0,24
Comando da Marinha	7.889	0,07
Departamento de Polícia Federal	2.888	0,03
Outros	468	-
<b>Avibras Divisão Aérea E Naval S/A</b>	<b>37.580</b>	<b>0,35</b>
Comando da Marinha	21.362	0,20
Comando do Exército	14.196	0,13
Comando da Aeronáutica	2.022	0,02
<b>Demais fornecedores</b>	<b>7.070.931</b>	<b>66,73</b>
<b>Total</b>	<b>10.861.420</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

### Nota 08 – Provisões

As provisões estão segregadas em dois grupos: (i) a curto prazo; e (ii) a longo prazo. Na tabela a seguir, é apresentada a composição em 31/03/2016 e em 31/12/2015.

### Tabela 35 – Provisões – Composição.

	R\$ milhares		
	31/03/2016	31/12/2015	AH (%)
Provisões a Curto Prazo	40.773.916	53.194.350	(23,35)
Provisões a Longo Prazo	1.392.652.982	1.382.019.510	0,77
<b>Total</b>	<b>1.433.426.898</b>	<b>1.435.213.860</b>	<b>(0,12)</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

### Provisões a Curto Prazo

O item Provisões de Curto Prazo, do Passivo Circulante, é constituído principalmente por provisões de riscos fiscais junto a instituições financeiras e não financeiras registradas pelo Ministério da Fazenda no valor de R\$ 18,2 bilhões e por provisões dos valores previstos para pagamento de Requisições de Pequeno Valor (RPV) registrados, no subitem Outras Provisões a Curto Prazo, pelo valor de R\$ 10,7 bilhões.

### Tabela 36 – Provisões a Curto Prazo – Composição.

	R\$ milhares		
	31/03/2016	31/12/2015	AH (%)
Provisões para Riscos Fiscais	21.288.189	33.811.084	(37,04)
Outras Provisões	11.989.648	12.030.429	(0,34)
Provisão para Repartição de Créditos	5.563.463	5.064.869	9,84
Provisão para Riscos Trabalhistas	1.878.164	1.851.183	1,46
Provisão Riscos Cíveis	54.452	436.785	(87,53)
<b>Total</b>	<b>40.773.916</b>	<b>53.194.350</b>	<b>(23,35)</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

#### (a) Provisões para Riscos Fiscais

Em 2015 o subitem mais relevante (52%) dentre as provisões de curto prazo foi o de Provisões para Riscos Fiscais, cujos os valores estão detalhados na tabela a seguir.





**Tabela 37 – Provisões para Riscos Fiscais a Curto Prazo – Composição.**

	R\$ milhares		
	31/03/2016	31/12/2015	AH (%)
Para pagamento de autos de infração não recorridos	4.105	4.926	(16,67)
Para pagamento de autos de infração recorridos	90.195	90.178	0,02
Instituições financeiras	18.294.292	30.775.460	(40,56)
Instituições não financeiras	2.899.597	2.940.520	(1,39)
<b>Total</b>	<b>21.288.189</b>	<b>33.811.084</b>	<b>(37,04)</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Dos itens que compõem a Provisão para Riscos Fiscais, o valor mais relevante se refere à constituição de provisão para riscos fiscais, junto a instituições financeiras. O item é composto pela estimativa das obrigações junto às instituições financeiras referentes aos programas gerenciados pela COPEC/STN. No primeiro trimestre de 2016, houve uma redução de 40,56% devido a pagamentos realizados.

**(b) Provisões para Requisições de Pequeno Valor**

A Requisição de Pequeno Valor (RPV) é a espécie de requisição de pagamento de quantia a que a Fazenda Pública foi condenada em processo judicial, para valores totais de até 60 salários mínimos por beneficiário, sendo encaminhada ao Tribunal de Justiça, quando a entidade devedora for sujeita ao Orçamento Geral da União.

A Provisão para Requisição de Pequeno Valor é reconhecida contabilmente conforme a projeção orçamentária de RPV do exercício a serem executados. A composição da provisão é apresentada na tabela a seguir, por Órgão Superior.

**Tabela 38 – Provisões para RPV – Por Órgão.**

	R\$ milhares		
	31/03/2016	31/12/2015	AH (%)
Superior Tribunal de Justiça	10.449	19.018	(45,06)
Justiça Federal	10.156.717	10.895.385	(6,78)
Justiça do Trabalho	245.422	253.135	(3,05)
Ministério da Fazenda	109	109	-
Ministério do Trabalho e Previdência Social	319.656	319.656	-
<b>Total</b>	<b>10.732.353</b>	<b>11.487.303</b>	<b>(6,57)</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

**Provisões a Longo Prazo**

Das Provisões a Longo Prazo, do Passivo Não Circulante, 89% refere-se a Provisões Matemáticas Previdenciárias.

**Tabela 39 – Provisões a Longo Prazo – Composição.**

	R\$ milhares		
	31/03/2016	31/12/2015	AH (%)
Provisões Matemáticas Previdenciárias	1.243.685.997	1.243.685.997	-
Outras Provisões	92.038.271	92.022.189	0,02
Provisão para Riscos Fiscais	35.291.978	35.092.107	0,57
Provisão para Repartição de Créditos	15.400.185	4.787.732	221,66
Provisão para Riscos Cíveis	5.448.348	5.629.421	(3,22)
Provisão para Riscos Trabalhistas	788.203	802.064	(1,73)
<b>Total</b>	<b>1.392.652.982</b>	<b>1.382.019.510</b>	<b>0,77</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

**(a) Provisões Matemáticas Previdenciárias**

Em relação ao 1º trimestre de 2016, não houve atualização dos valores divulgados em 31/12/2015.



**(b) Provisões para Riscos Fiscais**

As Provisões para Riscos Fiscais de longo prazo estão detalhadas na tabela a seguir.

**Tabela 40 – Provisões para Riscos Fiscais a Longo Prazo – Composição.**

	31/03/2016	31/12/2015	R\$ milhares AH (%)
Para pagamento de autos de infração não recorridos	15.094	15.094	-
Para pagamento de autos de infração recorridos	686	82	736,59
Instituições financeiras – subvenções econômicas	29.369.048	29.369.048	-
Instituições financeiras – reestruturação de dívidas	5.907.150	5.707.882	3,49
<b>Total</b>	<b>35.291.978</b>	<b>35.092.106</b>	<b>0,57</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Dos itens que compõem a Provisão para Riscos Fiscais, o valor mais relevante se refere à constituição de provisão para riscos fiscais, junto a instituições financeiras. Tais provisões estão separadas em dois grupos: (i) subvenções econômicas, sob a supervisão da COPEC/STN; e (ii) reestruturação de dívida, sob a supervisão da COAFI/STN.

Em relação à reestrutura de dívida, a provisão constituída monta R\$ 5,9 bilhões. A Lei nº 8.727/1993 estabeleceu diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A União celebrou, com cada um dos devedores, um Contrato Particular de Confissão e Composição de Dívidas (Contrato de Confissão) e na sequência, firmou com os diversos credores originais, os respectivos Contratos Particulares de Cessão de Crédito (Contrato de Cessão).

O ativo registrado no SIAFI relativo à Lei nº 8.727/1993 corresponde ao total dos saldos dos contratos de confissão ainda vigentes. O passivo, por sua vez, corresponde à parcela do saldo registrado no ativo e que, nas condições vigentes, será repassado aos demais credores. Como no SIAFI os valores relacionados aos saldos decorrentes dos contratos de confissão são superiores aos saldos decorrentes dos contratos de cessão, a diferença corresponde à parcela dos créditos que remanescerão com a União.

A origem da divergência decorre de três fatores principais: (i) sistema de rateio; (ii) falta de sistema de amortização dos contratos de cessão; e (iii) taxa de juros e atualização monetária, divergentes entre os contratos de confissão e cessão.

Em que pese haver questionamentos e entendimentos jurídicos acerca dos valores devidos pela União, os passivos registrados por ela junto aos credores originários são inferiores aos ativos destes registrados junto à União. De acordo com os controles do agente financeiro, os saldos dos contratos de cessão apresentam uma diferença de R\$ 5,9 bilhões em desfavor da União (posição de 31/03/2016), valores esses que até novembro/2015 não estavam registrados no SIAFI.

**(c) Provisões para Repartição de Créditos**

A tabela a seguir apresenta as provisões para repartição dos créditos a longo prazo.

**Tabela 41 – Provisões para Repartição de Créditos – Longo Prazo.**

	31/03/2016	31/12/2015	R\$ milhares AH (%)
Repartição de créditos – Estados	7.185.263	2.246.775	219,80
Repartição de créditos – Municípios	8.214.922	2.540.957	223,30
<b>Total</b>	<b>15.400.185</b>	<b>4.787.732</b>	<b>221,66</b>

Fonte: SIAFI, 2016.



Esses títulos registram os passivos de prazos ou de valores incertos relacionados aos créditos tributários e não tributários reconhecidos no lançamento por parte do agente arrecadador, a serem repartidos com outros entes da Federação ou entidades.

Como nos créditos de longo prazo, cujos valores são oriundos de parcelamento, não há o ajuste para perdas. O cálculo da repartição foi feito utilizando-se como base o valor do crédito relativo a cada natureza de receita, aplicando-se o percentual de repartição legalmente definido.

**(d) Outras Provisões**

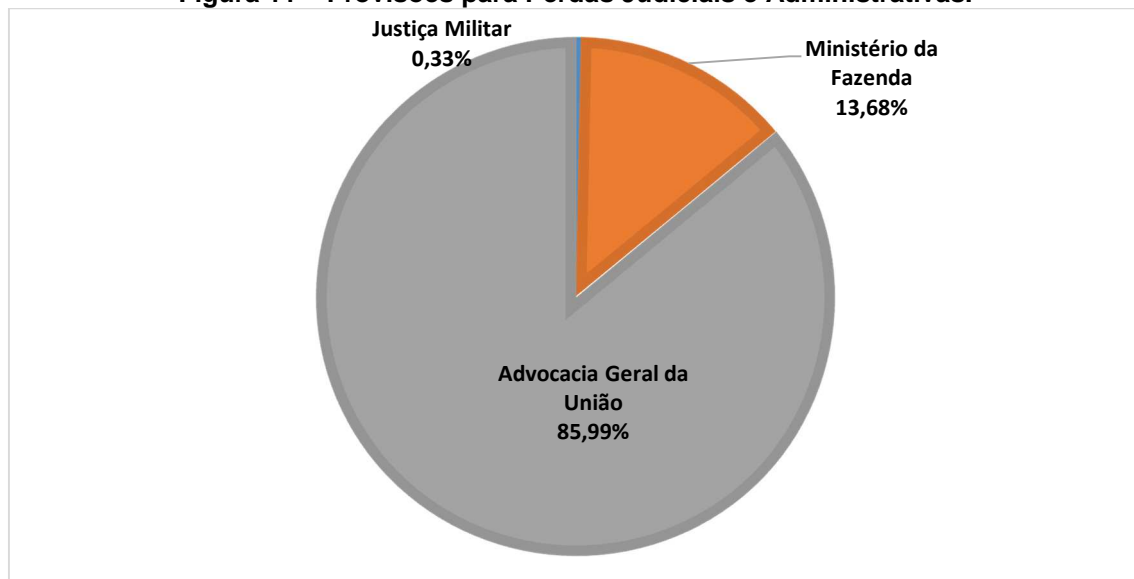
**Tabela 42 – Outras Provisões – Longo Prazo.**

	31/03/2016	31/12/2015	R\$ milhares AH (%)
Provisões do FCVS	18.741.032	18.741.032	-
Provisões p/ Perdas Judiciais/Administrativas	65.644.225	65.628.182	0,02
Provisão para Serviços de Terceiros	39	-	-
Outras Provisões	7.652.975	7.652.975	-
<b>Total</b>	<b>92.038.271</b>	<b>92.022.189</b>	<b>0,02</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

O principal grupo das Outras Provisões a Longo Prazo se refere às provisões relacionadas com perdas judiciais ou administrativas. A Advocacia-Geral da União (AGU) é o órgão com o valor mais relevante dentro do referido grupo, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

**Figura 11 – Provisões para Perdas Judiciais e Administrativas.**



Fonte: SIAFI, 2016.

**Nota 09 – Resultado Patrimonial**

O Resultado Patrimonial apurado em 31/03/2016 foi superavitário em R\$ 77 bilhões e está demonstrado na tabela abaixo, ao se confrontar Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.



**Tabela 43 – Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas.**

	31/03/2016	31/03/2015	R\$ milhares AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	718.851.450	514.691.627	39,67
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	641.715.953	472.476.284	35,82
<b>Resultado Patrimonial Do Período (I) – (II)</b>	<b>77.135.497</b>	<b>42.215.343</b>	<b>82,72</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Observa-se que, embora tenha ocorrido um aumento de aproximadamente 83% no Resultado Patrimonial do primeiro trimestre de 2016 em relação ao mesmo período de 2015, houve uma queda no reconhecimento de VPA de Impostos na ordem de 35,6%, com destaque para Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza, conforme a tabela a seguir.

**Tabela 44 – Variações Patrimoniais Aumentativas – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.**

	31/03/2016	31/03/2015	R\$ milhares AH (%)
Imposto s/ renda e prov. de qualquer natureza	65.984.892	113.457.368	(41,84)
Imposto sobre produtos industrializados	10.540.390	13.605.508	(22,53)
Imposto s/ importação	8.167.958	10.036.761	(18,62)
Impostos s/ operações de crédito, câmbio, seguro	7.846.741	8.727.771	(10,09)
Imposto s/ propriedade territorial rural	418.984	136.037	207,99
Imposto s/ exportação	58.609	48.375	21,16
Demais	3.009.279	3.154.721	(4,61)
<b>Total</b>	<b>96.026.853</b>	<b>149.166.541</b>	<b>(35,62)</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Da mesma forma também se identificou uma redução nas VPA oriundas de Contribuições Sociais, com um decréscimo na ordem de 31%, principalmente com a diminuição de Contribuições sobre Receita ou Faturamento.

A redução no reconhecimento de VPA, observada no primeiro trimestre de 2016, refere-se, fundamentalmente, ao não reconhecimento dos créditos tributários com exigibilidade suspensa, que, embora tenham sido reconhecidos no 1º trimestre de 2015, foram baixados no final do exercício de 2015, por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo. Embora nominalmente tenha ocorrido um crescimento da arrecadação de 1,18%, isso representou uma queda real da ordem de 8,19% na arrecadação de tributos que, converge ao momento de recessão econômica pelo qual o país vem passando. (Disponível em: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao>).

O grupo de Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras apresentou um aumento expressivo na ordem de 339%, passando de R\$ 68,8 bilhões para R\$ 336,6 bilhões, com destaque para os subgrupos Variações Monetárias Cambiais, Descontos Financeiros Obtidos e Aportes do Banco Central.

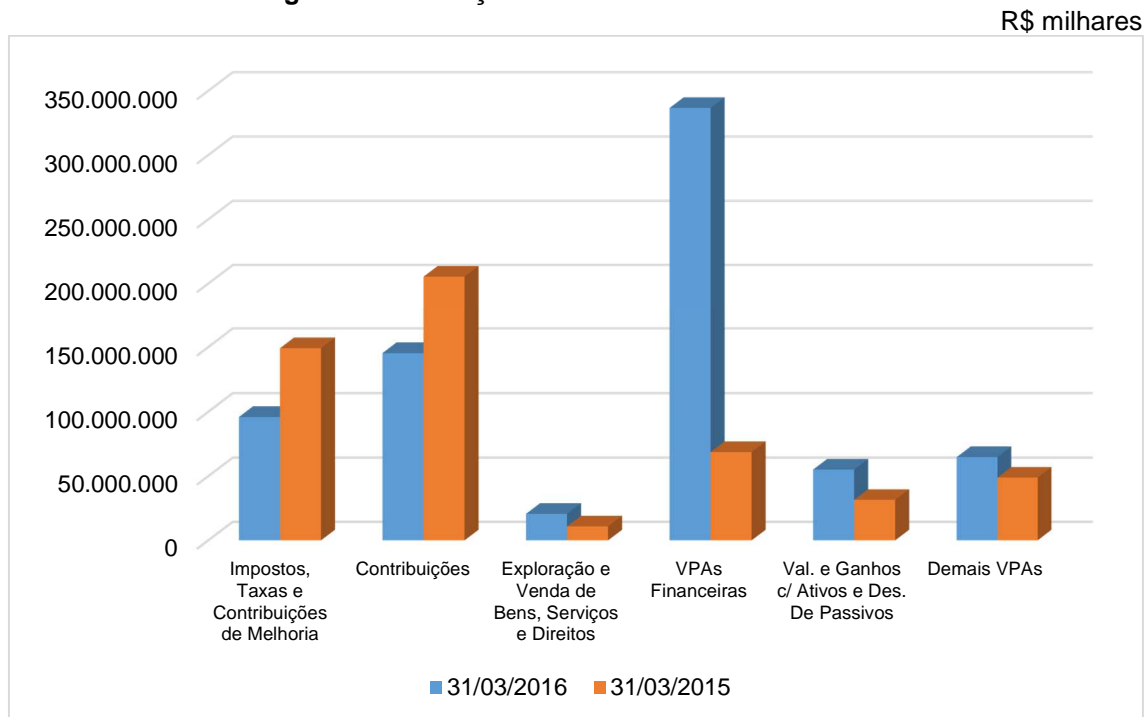
A Variação Patrimonial Aumentativa decorrente de Aportes do Banco Central do Brasil (BACEN) apresentou no trimestre um valor de R\$ 111 bilhões, contribuindo para o resultado patrimonial positivo do período. Cabe destacar que, no mesmo período em 2015, esses aportes não foram verificados. Tais valores são repassados pelo BACEN ao Tesouro Nacional em decorrência de operações com reservas e derivativos cambiais e do Resultado Patrimonial apurado em balanço, e são registrados pela CODIV/STN.

Outra VPA que apresentou um aumento significativo no primeiro trimestre deste ano em relação ao do ano anterior foi a referente a ganhos com reavaliação de ativos, que totalizou R\$ 37 bilhões, sendo que se destaca os registros realizados pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ (50%) e pelo Ministério da Defesa (30%), contudo esses valores depois foram baixados como desvalorização, conforme se comenta à frente.



A figura a seguir apresenta um resumo da evolução das Variações Patrimoniais Aumentativas no primeiro trimestre de 2016 quando comparado ao mesmo período em 2015.

**Figura 12 – Variações Patrimoniais Aumentativas.**



Fonte: SIAFI, 2016.

Por outro lado, o grupo de Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras apresentou um aumento de 71% quando comparado ao primeiro trimestre de 2016 com o mesmo período de 2015. Destaca-se que houve um aumento de 55% nas Variações Monetárias e Cambiais, principalmente em relação à dívida mobiliária, e também se observou R\$ 40 bilhões de VPDs referente a Aportes do Banco Central, valores que não foram observados no mesmo período em 2015.

Abaixo, apresentamos o resultado da DVP, expurgando-se os efeitos da VPA e VPD financeiras.

**Tabela 45 – DVP sem o Efeito das VPA e VPD Financeiras.**

	R\$ milhares		
	31/03/2016	31/03/2015	Varição
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas (I) (*)</b>	<b>382.155.062</b>	<b>445.859.123</b>	<b>(63.704.061)</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	96.026.853	149.166.541	(53.139.688)
Contribuições	145.411.451	205.420.600	(60.009.149)
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	20.679.003	10.836.542	9.842.461
Transferências e Delegações Recebidas	1.423.073	5.801.182	(4.378.110)
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de	55.160.860	31.555.945	23.604.915
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	63.453.822	43.078.313	20.375.509
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas (II) (*)</b>	<b>391.900.664</b>	<b>326.790.275</b>	<b>65.110.389</b>
Pessoal e Encargos	36.471.722	34.447.960	2.023.762
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	172.342.820	145.734.252	26.608.568
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	21.563.209	20.285.491	1.277.718
Transferências e Delegações Concedidas	87.131.081	76.258.437	10.872.644
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de	59.431.815	5.451.093	53.980.722
Tributárias	166.484	82.951	83.533
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços	479.234	290.528	188.706
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	14.314.299	44.239.563	(29.925.264)
<b>Resultado Patrimonial do Período (I) – (II) (*)</b>	<b>(9.745.602)</b>	<b>119.068.848</b>	<b>(128.814.450)</b>



Nota: (\*) Desconsiderados os valores das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas Financeiras

Fonte: SIAFI, 2016.

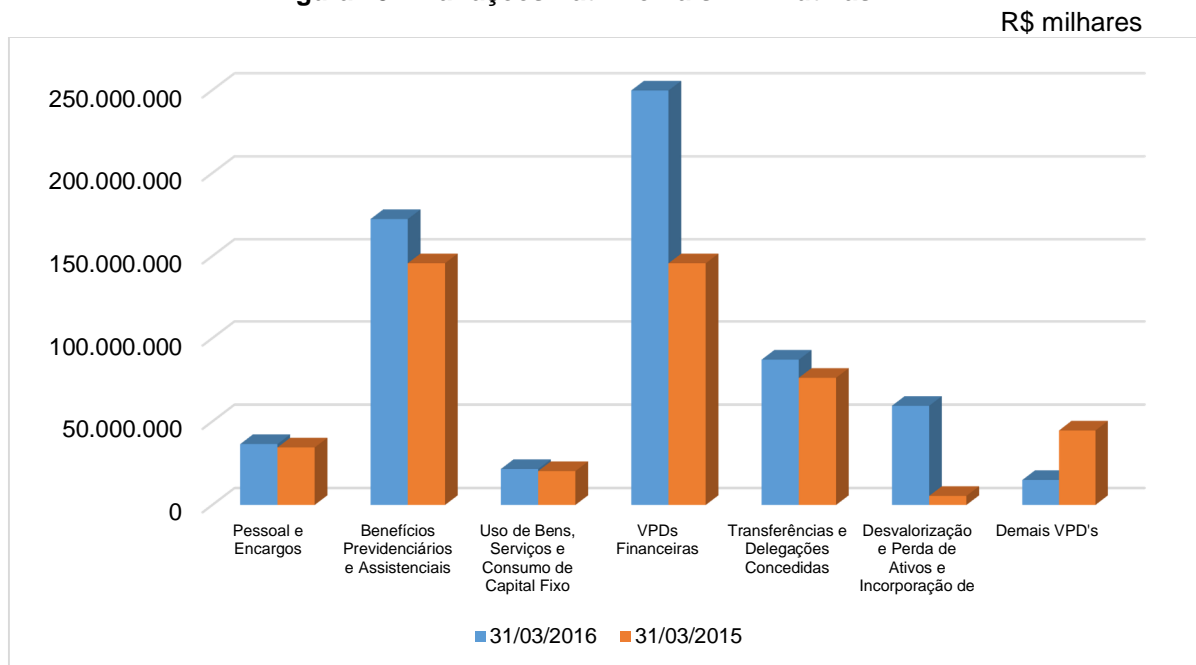
Percebe-se que, quando se desconsidera o resultado patrimonial financeiro de ambos exercícios, tem-se um resultado positivo da ordem de R\$ 119 bilhões no 1º trimestre de 2015 e um resultado negativo de R\$ 9,75 bilhões, no 1º trimestre de 2016.

Além do não reconhecimento dos créditos tributários com exigibilidade suspensa como ativos e da queda real na arrecadação de impostos e contribuições, citada anteriormente, observa-se que a VPD de Benefícios Previdenciários e Assistenciais teve um aumento de cerca de R\$ 26,61 bilhões quando comparado ao mesmo trimestre do exercício anterior. A maior parte do aumento verificado nessa rubrica, ocorreu nos valores de aposentadorias e reformas da ordem de R\$ 11,7 bilhões, R\$ 9,74 bilhões em Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais e R\$ 3,61 bilhões nas Pensões.

A VPD referente a “Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas” sofreu um aumento expressivo totalizando R\$ 51 bilhões no primeiro trimestre de 2016, sendo que os lançamentos significativos foram realizados pelo Ministério da Fazenda (40%) referente a ajustes para perdas em empréstimos e financiamentos concedidos. Além disso, foram efetuados registros referentes a Reavaliação de Bens Imóveis por desvalorização pelo STJ (36%) e pelo Ministério da Defesa (19%), na mesma ordem dos valores registrados na VPA de Reavaliação de Ativos, anulando os efeitos para fins de resultado.

A figura a seguir apresenta um resumo da evolução das Variações Patrimoniais Diminutivas no primeiro trimestre de 2016 quando comparado ao mesmo período em 2015.

**Figura 13 – Variações Patrimoniais Diminutivas.**



Fonte: SIAFI, 2016.

Isto posto, conclui-se que no trimestre houve uma queda real na arrecadação de impostos e contribuições, além de um aumento nos benefícios previdenciários e assistenciais e nas variações patrimoniais diminutivas financeiras. Porém, os valores verificados a título de Aportes do Banco Central, Variações Monetárias e Cambiais e Descontos Financeiros obtidos contribuíram para o resultado patrimonial superavitário do trimestre.





## Nota 10 – Resultado Orçamentário

Os valores arrecadados no 1º Trimestre de 2016 estão representados na tabela abaixo:

**Tabela 46 – Execução Orçamentária da Receita.**

	31/03/2016	31/03/2015	R\$ milhares AH (%)
Receitas Correntes	359.104.201	336.238.067	6,80
Receitas de Capital	226.890.323	170.371.618	33,17
Refinanciamento	154.416.317	239.771.355	(35,60)
<b>Total</b>	<b>740.410.841</b>	<b>746.381.040</b>	<b>(0,80)</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

As principais naturezas de receitas correntes são: (i) tributária, com arrecadação de R\$ 117,2 bilhões; e (ii) de contribuições, com arrecadação de R\$ 188,3 bilhões, conforme quadro abaixo:

**Tabela 47 – Execução Orçamentária das Receitas Correntes.**

	31/03/2016	R\$ milhares AV (%)
Receitas Tributárias	117.163.291	32,63
Receitas de Contribuições	188.287.818	52,43
Receita Patrimonial	25.111.931	6,99
Receitas Agropecuárias	5.183	-
Receitas Industriais	220.231	0,06
Receitas de Serviços	14.286.486	3,98
Transferências Correntes	299.933	0,08
Outras Receitas Correntes	13.729.328	3,82
<b>Total</b>	<b>359.104.201</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

A seguir é apresentada a composição dos grupos de receitas tributárias e de contribuições:

**Tabela 48 – Arrecadação – Receitas Tributárias e de Contribuições – Composição.**

	31/03/2016	R\$ milhares AV (%)
Impostos	113.391.923	37,12
Taxas	3.771.368	1,23
Contribuições Sociais	183.444.037	60,06
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	4.843.781	1,59
<b>Total</b>	<b>305.451.109</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

As receitas com contribuições sociais representam a maior parcela desses grupos (60,06%), seguida pelas receitas com impostos (37,12%).

Na tabela a seguir é apresentada a composição de cada um desses grupos.

**Tabela 49 – Arrecadação – Receitas de Contribuições Sociais – Composição.**

	31/03/2016	R\$ milhares AV (%)
Previdenciária - RGPS	80.397.736	43,83
Para a Finalidade da Seguridade Social - COFINS	51.121.196	27,87
Sobre o Lucro	22.032.553	12,01
Para o PIS/PASEP	13.982.700	7,62
Para o Salário Educação	5.817.792	3,17
Previdenciária - Servidores Ativos - RPPS	2.017.282	1,10
Relativas à Dispensa Empregados sem Justa Causa	1.233.563	0,67
Sobre Loterias de Números	1.091.758	0,60
Para Custeio das Pensões Militares	682.564	0,37
Outros	5.066.893	2,76
<b>Total</b>	<b>183.444.037</b>	<b>100,00</b>





Fonte: SIAFI, 2016.

**Tabela 50 – Arrecadação – Receitas de Impostos – Composição.**

	31/03/2016	R\$ milhares AV (%)
Sobre a Renda – IR	55.564.054	49,00
Sobre Operações Financeiras - IOF	34.671.412	30,58
Sobre Produtos Industrializados – IPI	14.569.202	12,85
Sobre a Importação – II	8.489.635	7,49
Sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR	58.458	0,05
Sobre a Exportação – IE	38.644	0,03
Outros	518	-
<b>Total</b>	<b>113.391.923</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

A maior parte da arrecadação de receitas de contribuições (71,7%), cerca de R\$ 131,5 bilhões, é oriunda das contribuições previdenciárias de empresas e dos segurados assalariados e da COFINS.

O imposto sobre a renda é responsável por 49% da arrecadação total das receitas tributárias, cerca de R\$ 55,6 bilhões. O IR, juntamente com o IOF, respondem por cerca de 79,6% da arrecadação tributária do trimestre.

Nas demais receitas correntes, faz-se necessário o destaque para as seguintes naturezas: (i) patrimonial, com arrecadação de R\$ 25,1 bilhões; (ii) de serviços, com arrecadação de R\$ 14,3 bilhões; e (iii) outras receitas, com arrecadação de R\$ 13,7 bilhões. A seguir é apresentada, individualmente, a composição desses grupos de receitas.

**Tabela 51 – Arrecadação – Receita Patrimonial – Composição.**

	31/03/2016	R\$ milhares AV (%)
Imobiliárias	375.417	1,50
Valores Mobiliários	7.340.625	29,23
Concessões e Permissões	161.941	0,64
Exploração de Recursos Naturais	16.969.333	67,57
Cessão de Direitos	261.565	1,04
Outras	3.050	0,01
<b>Total</b>	<b>25.111.931</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Dentre as receitas patrimoniais, as relacionadas com os valores mobiliários (R\$ 7,3 bilhões, aproximadamente) e com as provenientes da exploração de recursos naturais (R\$ 17 bilhões, aproximadamente), respondem por cerca de 96,8% do total arrecadado no trimestre, nesse grupo de receitas.

Na próxima tabela, é apresentada a composição da receita de serviços.

**Tabela 52 – Arrecadação – Receita de Serviços – Composição.**

	31/03/2016	R\$ milhares AV (%)
Financeiros – Juros de Empréstimos	6.446.119	45,12
Financeiros – Remuneração	5.256.276	36,79
Navegação	656.295	4,59
Administrativos	520.355	3,64
Informações e Tecnologia	469.123	3,28
Outros	938.318	6,57
<b>Total</b>	<b>14.286.486</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2016.



As principais receitas de serviços estão vinculadas à área financeira. As receitas pelos serviços financeiros alcançaram o montante de R\$ 11,7 bilhões, cerca de 81,9% do montante arrecadado com as receitas de serviço, no exercício.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição das outras receitas correntes.

**Tabela 53 – Arrecadação – Outras Receitas Correntes – Composição.**

	R\$ milhares	
	31/03/2016	AV (%)
Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	5.703.900	41,55
Prêmio do Seguro Obrigatório - DPVAT	1.673.838	12,19
Restituições	1.517.366	11,05
Multas e Juros de Mora	1.104.421	8,04
Variação Cambial	963.742	7,02
Diversas	2.766.061	20,15
<b>Total</b>	<b>13.729.328</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

As receitas de capital totalizaram R\$ 381,3 bilhões e estão representadas na tabela abaixo:

**Tabela 54 – Execução Orçamentária das Receitas de Capital.**

	R\$ milhares	
	31/03/2016	AV (%)
Operações de Crédito	22.765.514	5,97
Alienação de Bens	281.523	0,07
Amortização de Empréstimos	23.676.179	6,21
Transferências de Capital	26.879	0,01
Outras Receitas de Capital	180.140.228	47,24
Refinanciamento	154.416.317	40,50
<b>Total</b>	<b>381.306.639</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

O item mais significativo no 1º trimestre de 2016, representando cerca de 47,24% das receitas de capital foi Outras Receitas de Capital. A seguir apresenta-se sua composição:

**Tabela 55 – Arrecadação – Outras Receitas de Capital – Composição.**

	R\$ milhares	
	31/03/2016	AV (%)
Resultado do Banco Central do Brasil	156.285.934	86,76
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	23.848.094	13,24
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	6.200	-
<b>Total</b>	<b>180.140.228</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

O principal item das Outras Receitas de Capital, representando 86,76%, refere-se ao Resultado do Banco Central do Brasil.

A segunda principal natureza das receitas de capital trata-se das operações de crédito, refinanciadas ou não. A seguir é apresentada a composição destes grupos de receitas:

**Tabela 56 – Arrecadação – Operações de Crédito – Composição.**

	R\$ milhares	
	31/03/2016	AV (%)
Operações Internas	171.675.003	96,89
Não refinanciadas	20.842.080	11,76
Refinanciadas	150.832.923	85,13
Operações Externas	5.506.828	3,11
Não refinanciadas	1.923.434	1,09
Refinanciadas	3.583.394	2,02
<b>Total</b>	<b>177.181.831</b>	<b>100,00</b>



Fonte: SIAFI, 2016.

As operações internas são a maioria das operações de créditos realizadas pela União, respondendo por 96,89% das receitas desse grupo. Desse montante, R\$ 150,8 bilhões se referem a dívidas refinanciadas.

No 1º Trimestre de 2016, da Dotação Atualizada de R\$ 1,69 trilhões foram empenhados R\$ 1,04 trilhão e liquidados e pagos os valores de R\$ 383,3 bilhões e R\$ 349 bilhões, respectivamente.

Na tabela abaixo é demonstrada a execução da despesa no 1º Trimestre de 2016 em comparação com igual período de 2015.

**Tabela 57 – Execução Orçamentária da Despesa.**

	R\$ milhares		
	31/03/2016	31/03/2015	AH (%)
Despesas Correntes	1.039.609.412	1.230.843.976	(15,54)
Despesas de Capital	49.114.805	61.626.273	(20,30)
Amortização da Dívida/Refinanciamento	360.453.054	755.331.196	(52,28)
<b>Total</b>	<b>1.449.177.271</b>	<b>2.048.801.445</b>	<b>(29,27)</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

As despesas correntes representam 72%, aproximadamente, do total das despesas empenhadas. A principal natureza das despesas correntes está registrada no grupo outros, representando 74,9% dos gastos correntes. Na tabela, apresentada a seguir, é detalhada a composição desse item.

**Tabela 58 – Execução – Outras Despesas Correntes – Composição.**

	R\$ milhares	
	31/03/2016	AV (%)
Distribuição constitucional ou Legal de Receitas	232.084.886	29,82
Aposentadorias do RGPS – Área Urbana	184.000.000	23,64
Aposentadorias do RGPS – Área Rural	58.410.086	7,51
Pensões do RGPS - Área Urbana	52.000.000	6,68
Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso	45.023.453	5,79
Seguro Desemprego e Abono salarial	33.408.871	4,29
Contribuições	32.176.430	4,13
Outros Benefícios ao RGPS – Área Urbana	26.006.347	3,34
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	20.055.497	2,58
Outros Benefícios ao RGPS – Área Rural	13.000.001	1,67
Demais	82.110.336	10,55
<b>Total</b>	<b>778.275.907</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Aproximadamente 63% dos gastos no grupo de Outras Despesas Correntes, cerca de R\$ 491 bilhões, compreendem gastos diretos com benefícios sociais. Desse montante, R\$ 242,4 bilhões são destinados às aposentadorias do RGPS e R\$ 64,1 bilhões às pensões do RGPS.

Outro item relevante deste grupo refere-se à distribuição constitucional ou legal de receitas que importou em R\$ 232 bilhões. As subvenções econômicas importaram em cerca de R\$ 10,6 bilhões.

Nas despesas de capital, a principal natureza foi a amortização da dívida (refinanciada ou não) que representa 88,3% do total dos gastos de capital.



**Tabela 59 – Execução Orçamentária das Despesas de Capital.**

	R\$ milhares	
	31/03/2016	AV (%)
Investimentos	3.680.299	0,90
Inversões Financeiras	44.057.643	10,76
Amortização da Dívida	361.829.917	88,34
<b>Total</b>	<b>409.567.859</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Na continuação, passa-se ao detalhamento da composição dos gastos de capital relacionados com a amortização da dívida.

**Tabela 60 – Execução – Amortização da Dívida – Composição.**

	R\$ milhares	
	31/03/2016	AV (%)
Dívida Mobiliária - Refinanciada	359.859.688	99,45
Dívida Contratual - Refinanciada	607.689	0,17
Dívida Contratual	1.362.540	0,38
<b>Total</b>	<b>361.829.917</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Quase o total do montante executado em relação aos gastos com amortização da dívida se refere à dívida mobiliária (99,46%). Mais informações sobre a composição da dívida pública federal, ver Nota 06 – Empréstimos e Financiamentos, Dívida Mobiliária.

Na próxima tabela, é exibida a composição das despesas de capital relacionadas com os investimentos e as inversões financeiras.

**Tabela 61 – Execução – Investimentos e Inversões Financeiras – Composição.**

	R\$ milhares	
	31/03/2016	AV (%)
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	42.558.155	89,15
Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	1.233.721	2,58
Obras e Instalações	1.297.223	2,72
Auxílios	767.070	1,61
Outros	1.881.773	3,94
<b>Total</b>	<b>47.737.942</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

A concessão de empréstimos e financiamentos representa 89,15% dos gastos de capital classificados como investimentos e inversões financeiras.

Em relação à concessão de empréstimos e financiamentos, os principais órgãos que executaram cerca de 78,7% dos gastos, até 31/03/2016, foram: (i) o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, R\$ 17 bilhões de execução; e (ii) o Fundo de Amparo do Trabalhador, com R\$ 16,5 bilhões de execução.

#### **Nota 11 – Resultado Financeiro**

O resultado financeiro do 1º Trimestre alcançou o montante de R\$ 115,9 bilhões e sua formação é detalhada na tabela apresentada na sequência.



**Tabela 62 – Resultado Financeiro – 31/03/2016.**

	R\$ milhares
	<b>31/03/2016</b>
Receita Orçamentária	740.410.841
Despesa Orçamentária	(1.449.177.271)
	<u>(708.766.430)</u>
Transferências Financeiras Recebidas	-
Transferências Financeiras Concedidas	(6.804)
	<u>(6.804)</u>
Recebimentos Extraorçamentários	934.426.384
Pagamentos Extraorçamentários	(109.704.879)
	<u>824.721.505</u>
<b>Resultado Financeiro do Exercício</b>	<b>115.948.271</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Em uma primeira análise, nota-se que a principal contribuição seria dos recebimentos extraorçamentários, cerca de R\$ 934,4 bilhões. Todavia, tais valores incluem aqueles que virão a ser inscritos em restos a pagar, no final do exercício.

O valor a ser inscrito em restos a pagar importou em R\$ 912,9 bilhões ao final do primeiro trimestre. Desse modo, os demais recebimentos extraorçamentários representam efetivamente R\$ 21,5 bilhões (R\$ 934,4 bilhões – R\$ 912,9 bilhões).

Seguindo essa mesma lógica, percebe-se que do montante da despesa orçamentária (cerca de R\$ 1,45 trilhão), apenas R\$ 536,2 bilhões foram pagas até o final do primeiro trimestre. Assim sendo, a maior contribuição para o resultado financeiro positivo é proveniente da receita orçamentária, cerca de R\$ 740,4 bilhões. Se fosse considerada apenas a despesa orçamentária paga, a contribuição líquida da receita orçamentária seria de R\$ 204,2 bilhões (R\$ 740,4 bilhões – R\$ 536,2 bilhões).

Em relação aos pagamentos extraorçamentários, o principal montante se refere ao pagamento dos restos a pagar, aproximadamente, R\$ 69,3 bilhões (63,2% do total).

**Nota 12 – Conciliação entre os Saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC em relação aos do BP**

O BF e a DFC são demonstrações que exibem os fluxos financeiros que afetam o item Caixa e Equivalentes de Caixa da União. Todavia, as regras de consolidação do modelo PCASP estão embasadas em saldos de contas e não nos fluxos financeiros, o que gera diferença entre os valores evidenciados nas demonstrações citadas anteriormente e aqueles evidenciados no BP.

Na continuação, apresenta-se a tabela com a conciliação entre os saldos evidenciados no BF e na DFC (não consolidado) e no BP (consolidado).

**Tabela 63 – Conciliação entre os Saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC em relação aos do BP.**

	R\$ milhares				
	Não Consolidado (A)	Eliminado		Total (B)	Consolidado (A-B)
		Limite de Saque – Dívida Pública	Limite de Saque – Demais		
Saldo Inicial do Exercício (i)	982.535.972	3.478.919	39.827.976	43.306.895	939.229.077
Saldo Final do Exercício (ii)	1.098.484.243	3.078.251	44.217.069	47.295.321	1.051.188.922
<b>Movimentação Líquida (ii-i)</b>	<b>115.948.271</b>	<b>(400.668)</b>	<b>4.389.093</b>	<b>3.988.426</b>	<b>111.959.845</b>

Fonte: SIAFI, 2016.



A eliminação de saldo que ocorre no BP, para o item Caixa e Equivalentes de Caixa, refere-se às contas de Limite de Saque que são utilizadas pela União para que as Unidades Gestoras consigam operacionalizar lançamentos de recebimentos e pagamentos na Conta Única.

No BP as contas relacionadas com o Limite de Saque são compensadas com os passivos registrados na Coordenação-Geral de Programa Financeira (COFIN)/STN, relacionados com a liberação de recursos da Conta Única para as UG.

### Nota 13 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Na União, em função da adoção do princípio da unidade de caixa, a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa é igual ao resultado financeiro e, portanto, importou em R\$ 115,9 bilhões no 1º Trimestre de 2016.

A seguir é apresentada a formação do aumento de caixa e equivalentes de caixa ocorrido no 1º Trimestre de 2016.

**Tabela 64 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Formação.**

	R\$ milhares	
	31/03/2016	AV (%)
Atividades Operacionais	111.602.675	96,25
Atividades de Investimentos	3.742.179	3,23
Atividades de Financiamento	603.417	0,52
<b>Total</b>	<b>115.948.271</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

O principal item responsável pela geração de caixa no 1º Trimestre foi o fluxo das atividades operacionais que contribuiu com R\$ 111,6 bilhões, aproximadamente. As atividades operacionais estão relacionadas com as atividades típicas do ente público.

O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais importou em R\$ 111,6 bilhões. Dentre os principais fluxos positivos se destacaram: (i) outras receitas derivadas e originárias, com cerca de R\$ 170 bilhões; e (ii) receita de contribuições, com cerca de R\$ 193,8 bilhões. As principais saídas de caixa dos fluxos operacionais foram: (i) gastos com pessoal e demais gastos correntes na função previdência, R\$ 243,7 bilhões, aproximadamente; e (ii) juros e encargos da dívida, R\$ 74,6 bilhões.

O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais é influenciado por receitas e despesas de natureza financeira. Com a eliminação do efeito dessas, seria obtido um fluxo de caixa líquido e negativo de R\$ 2,8 bilhões, conforme demonstrado na tabela a seguir:

**Tabela 65 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Eliminação das atividades de natureza financeira.**

	R\$ milhares
	31/03/2016
Fluxo líquido das atividades operacionais	111.602.675
Receitas Financeiras	(187.905.842)
Despesas Financeiras	74.609.988
<b>Fluxo operacional sem as operações financeiras</b>	<b>(2.652.417)</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Conforme demonstrado anteriormente, as atividades operacionais de natureza financeira foram responsáveis pela geração de um fluxo de caixa líquido e positivo de R\$ 42 bilhões. As atividades operacionais não financeiras consumiram R\$ 2,7 bilhões do caixa gerado pelas atividades operacionais financeiras.

O fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos importou em R\$ 3,7 bilhões. O principal fluxo de ingresso foi o recebimento dos empréstimos e financiamentos concedidos, cerca de R\$





23,7 bilhões. O principal fluxo de saída foi a concessão de empréstimos e financiamentos, no montante de, aproximadamente, R\$ 10,9 bilhões, seguido por aquisição de ativo não circulante no valor de R\$ 6 bilhões.

O fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento importou em R\$ 603,4 milhões, sendo o principal fluxo de ingresso operações de crédito no valor de R\$ 177,2 bilhões e o principal fluxo de saída foi a amortização/refinanciamento da dívida, no valor de R\$ 176,6 bilhões.

#### Nota 14 – Conciliação entre os Saldos Finais da DMPL

A DMPL é uma demonstração cuja elaboração exige a construção de uma matriz, na qual as colunas representam as contas do Patrimônio Líquido. A sua vez, na consolidação do Balanço Patrimonial são aplicadas regras que compensam/eliminam saldos das contas correlacionadas com o quinto nível 2 – Intra.

Ocorre que o formato matricial da DMPL, na atual estrutura do SIAFI, apenas permite a aplicação das regras de consolidação em saldos e não nas células da matriz. Deste modo, na tabela a seguir é apresentada a conciliação entre os saldos finais da DMPL.

**Tabela 66 – Conciliação entre os Saldos Finais da DMPL.**

	Não Consolidado (A)	Empresas Estatais Dependentes			Consolidado (A-B)
		Eliminado (B)	Não Eliminado	Total	
Patrimônio/ Capital Social AFAC	41.918.894	10.488.373	240.159	10.728.532	31.430.521
Reserva de Capital	300.526	9.855	-	9.855	290.671
Reservas de Lucros	181.260	91.092	-	91.092	90.168
Demais Reservas	7.364.586	6.416	-	6.416	7.358.170
Resultados Acumulados	(1.405.527.923)	(756.692)	775.426	18.734	(1.404.771.231)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	233.294	(15.820)	-	(15.820)	249.114
Ações/Cotas em Tesouraria	(776.884)	-	-	-	(776.884)
<b>Total</b>	<b>(1.356.306.247)</b>	<b>9.823.224</b>	<b>1.1015.585</b>	<b>10.838.809</b>	<b>(1.366.129.471)</b>

Fonte: SIAFI, 2016.

Em relação ao patrimônio líquido, as regras de consolidação visam a eliminação dos investimentos da União nas empresas estatais dependentes, tendo como contrapartida as contas do patrimônio líquido dessas empresas. Isso decorre do fato dessas empresas comporem a entidade econômica União.

Todavia, há um descasamento temporal entre as informações constantes no grupo de investimentos e no do patrimônio líquido. A COPAR/STN utiliza as demonstrações publicadas, em sua maioria do trimestre anterior. Os valores do patrimônio líquido das empresas estatais se referem a 31/03/2016.

Esse descasamento temporal faz com que algumas contas do patrimônio líquido estejam superiores aos correspondentes valores no grupo de contas relativos aos investimentos da União. Desse modo, do montante total do patrimônio líquido das empresas estatais dependentes, cerca de R\$ 10,8 bilhões, foi eliminado cerca de R\$ 9,8 bilhões, conforme demonstrado na tabela anterior.

#### Nota 15 – Passivos Contingentes

A avaliação sobre a existência de passivos contingentes e acerca das expectativas de desembolso é feita anualmente pela União. A última avaliação foi realizada em 31/12/2015. Na tabela a seguir estão descritos os principais passivos contingentes da União.

**Tabela 67 – Passivos Contingentes – Composição.**

	31/12/2015	R\$ milhares AV (%)
--	------------	---------------------





Reestruturação de Dívidas	530.000	0,11
Assunção de Obrigações por Extinção	3.680.000	0,74
Ações Judiciais com Probabilidade Possível – PGU	2.109.110	0,43
Ações Judiciais com Probabilidade Possível – PGF	60.800.000	12,24
Ações Judiciais com Probabilidade Possível – PGFN	350.140.000	70,51
Demandas Judiciais – PGBC	68.668.000	13,83
Demandas Judiciais – Empresas Estatais Dependentes	2.099.000	0,42
Relacionados com o FCVS	8.463.538	1,70
Outros Riscos Fiscais	70.000	0,02
<b>Total</b>	<b>496.559.648</b>	<b>100,00</b>

Fontes: SIAFI, 2015 e Lei nº 13.242/2015.

(a) Riscos fiscais sob a gestão da COFIS/STN

Trata-se de passivos contingentes da União com a Caixa Econômica Federal (Caixa) pendentes de pleno reconhecimento que possibilite o andamento dos respectivos processos administrativos de regularização. A STN avalia, e está solicitando tal providência, que se faz necessária a auditoria pela Secretaria Federal de Controle Interno(SFC)/CGU-PR, com a finalidade de que sejam convalidados os valores alegados.

(b) Ações Judiciais com Probabilidade Provável – PGU

Compreendem os passivos contingentes relacionados com as demandas judiciais contra a União (Administração Direta), mensuradas seguindo os critérios da Portaria nº 40/2015 e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

(c) Ações Judiciais com Probabilidade Provável – PGF

Compreendem os passivos contingentes relacionados com as demandas judiciais contra as Autarquias e Fundações Públicas Federais, mensuradas seguindo os critérios da Portaria nº 40/2015 e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

(d) Ações Judiciais com Probabilidade Provável – PGFN

Compreendem os passivos contingentes relacionados com as demandas judiciais de natureza tributária, mensuradas seguindo os critérios da Portaria nº 40/2015 e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

(e) Demandas Judiciais – PGBC

De acordo com as informações obtidas no Anexo V – Riscos Fiscais da LDO 2016, a Procuradoria-Geral do Banco Central (PGBC) avalia todas essas ações judiciais levando em consideração o valor em discussão, a fase processual e o risco de perda. O risco de perda é calculado com base em decisões ocorridas no processo, na jurisprudência aplicável e em precedentes para casos similares.

(f) Demandas Judiciais – Empresas Estatais Dependentes

De acordo com as informações obtidas no Anexo V – Riscos Fiscais da LDO 2016, o Departamento de Controle das Empresas Estatais (DEST) coletou junto às empresas, informações sobre as ações judiciais em que o risco de perda foi considerado.

(g) Relacionados com o FCVS

Trata-se de passivos contingentes da União relacionados com as atividades de Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).



Ministério da  
**Fazenda**



TESOURO  
**30**  
ANOS